

UNICASA

**Proposta da Administração  
2015**



## 1. CONVOCAÇÃO

**UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.**

**CNPJ/MF: 90.441.460/0001-48**

**NIRE: 43.300.044.513-RS**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

### **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam os senhores acionistas da Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Unicasa”) convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2016, às 13:30 horas, na sede social localizada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia Federal BR-470, km 212,930, bairro São Vendelino, CEP 95707-540, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

#### **1. Em Assembleia Geral Ordinária**

- a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2015 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes;
- b. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- c. Eleger os membros do Conselho de Administração para um mandato de dois anos, fixando o número de membros a serem eleitos;
- d. Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício de 2016.

#### **2. Em Assembleia Geral Extraordinária**

- a. Reformar o Estatuto Social com alteração do Artigo 2º para atualizar o endereço social da Companhia.

## INSTRUÇÕES GERAIS:

- 1. DOCUMENTOS:** Conforme o artigo 10 do estatuto social da Companhia os acionistas deverão apresentar documento hábil de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade ou para os acionistas participantes da custódia fungível o extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pela instituição de custódia fungível ou outro órgão competente, até 2 dias úteis antes da data de realização da Assembleia Geral;
- 2. PROCURADORES:** Os acionistas poderão se fazer representar por procurador constituído há menos de 1 ano que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que representem os condôminos. A firma da procuração poderá ser reconhecida por semelhança ou autenticidade;
- 3. ENTREGA DOS DOCUMENTOS:** A Companhia solicita que os mandados e demais documentos de representação na Assembleia sejam encaminhados com antecedência de no mínimo 48 horas da data de realização da “AGOE” para o seguinte endereço: Rodovia Federal BR-470, Km 212,930, Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul Brasil – CEP 95707-540, aos cuidados do Sr. Gustavo Dall’Onder, Gerente Executivo de Finanças e RI. Para facilitar a participação dos acionistas a Companhia receberá os documentos por e-mail ([dri@unicasamoveis.com.br](mailto:dri@unicasamoveis.com.br)) com a entrega dos respectivos originais no dia da reunião. Em cumprimento à Instrução CVM nº 481/09, em seu artigo 5º, parágrafo 2º, o acionista que comparecer à assembleia, munido dos documentos exigidos poderá dela participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.
- 4. VOTO MÚLTIPLO:** Nos termos da Instrução CVM n.º 165/91, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento).
- 5. INFORMAÇÃO À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS:** Os documentos relacionados no art. 133 da Lei das S.A. foram publicados no Jornal do Comércio e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul no dia 18 de março de 2016, estando à disposição dos acionistas, juntamente com a Proposta da Administração e demais documentos relativos à ordem do dia, na sede da Companhia, podendo também ser consultados nos sites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da BM&FBOVESPA ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)) e no site da Companhia

([www.unicasamoveis.com.br/ri](http://www.unicasamoveis.com.br/ri)), em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM nº 481/2009.

Bento Gonçalves, RS, 28 de março de 2016.

Alexandre Grendene Bartelle  
**Presidente do Conselho de Administração**

Esse edital de convocação será publicado no Jornal do Comércio e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, na edição do dia 28 de março de 2016 e republicado nos dias 05 e 12 de abril de 2016.

**ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA GERAL**

Os acionistas e/ou seus representantes que desejarem participar da Assembleia Geral deverão se apresentar alguns minutos antes do horário indicado, portando os seguintes documentos, conforme previsto no artigo 10 do Estatuto Social da Companhia:

(i) documento hábil de identidade: A Companhia considerará como documento hábil de identidade os seguintes documentos com foto recente: (i) carteira de identidade nacional (RG); (ii) carteira de identidade de registro de estrangeiro (RNE); (iii) passaporte válido; (iv) carteira de classe expedida por órgão oficial. Se for investidor pessoa jurídica deve portar o original ou cópia autenticada dos documentos societários devidamente registrados nos órgãos oficiais e que identifiquem a forma de representação legal da pessoa jurídica (sugere-se portar a Ata de Eleição ou Certidão emitida pela Junta Comercial e o Estatuto Social ou o Contrato Social). No caso dos fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiras, os documentos de representação devem ser notariados e consularizados, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas, só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma destas três línguas.

(ii) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral;

(iii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do procurador do acionista, o qual deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e ser acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos; e

(iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido, pela instituição responsável pela custódia fungível ou outro órgão competente, no máximo 2 (dois) dias antes da data da realização da Assembleia Geral.

## 2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009, a Unicasa apresenta a proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária destacada a seguir, com base no Edital de Convocação, para Assembleia Geral a ser realizada no dia 29 de abril de 2015:

**Anexo I** – art. 9º, inciso III – Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência. [Página 7](#)

**Anexo II** – art. 9º §1º Item II – Anexo 9-1-II – Destinação do Lucro Líquido [Página 73](#)

**Anexo III** – art. 12º, inciso I e II – Proposta de remuneração dos administradores – Item 13 do Formulário de Referência [Página 79](#)

**Anexo IV** – art. 10º – Eleição de cinco membros do Conselho de Administração – Item 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência [Página 93](#)

**Anexo V** – Relatório com Indicação e Justificativa da Alteração do Estatuto Social [Página 98](#)

### 3. ANEXO I – COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

#### 10. Comentários dos diretores

##### 10.1 Os diretores devem comentar sobre:

###### (a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, vendemos 1,11 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$222,65 milhões, um EBITDA de R\$18,70 milhões e um lucro líquido de R\$13,11 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, vendemos 1,36 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$243,52 milhões, um EBITDA negativo de R\$5,29 milhões e um resultado negativo de R\$2,41 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, vendemos 1,57 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$257,92 milhões, um EBITDA de R\$22,19 milhões e um lucro líquido de R\$13,71 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, contávamos com uma rede de distribuição de vendas com:

- (i) 480 revendas Exclusivas;
- (ii) 639 lojas Multimarcas e Pontos de Venda em Magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”) e
- (iii) no exterior contamos com 13 revendas Exclusivas e 19 lojas Multimarcas (essas lojas já estão incluídas no número total de Revendas Exclusivas e lojas Multimarcas dos itens i e ii).

Nossos Diretores entendem que apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar nosso plano de negócio e cumprir nossas obrigações de curto e médio prazo. Nosso capital de giro é suficiente para as atuais exigências e os nossos recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir nossa necessidade de recursos de curto e médio prazo. Adicionalmente, nossos Diretores consideram que o nosso

parque fabril apresenta condições suficientes para atender a nossa atual demanda de produção, comportando inclusive a expansão de nossa capacidade produtiva sem a necessidade de realização de investimentos significativos em máquinas e equipamentos no médio prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, nosso ativo circulante foi de R\$109,57 milhões (R\$109,88 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$114,39 milhões em 31 de dezembro de 2013) e superava em R\$46,89 milhões o nosso passivo circulante de R\$62,68 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 1,75 (1,55 em 31 de dezembro de 2014 e 2,46 em 31 de dezembro de 2013), isto é, para cada R\$1,00 de passivo circulante a companhia possui R\$1,75 de ativo circulante. Nossa dívida bancária (curto e longo prazo) que está totalmente liquidada em 31 de dezembro de 2015 (R\$0,00 milhão em 31 de dezembro de 2014 e R\$0,56 milhão em 31 de dezembro de 2013) descontada do caixa e aplicações financeiras (curto e longo prazo) de R\$37,65 milhões (R\$27,88 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$11,63 milhões em 31 de dezembro de 2013), resulta em um caixa líquido de R\$37,65 milhões (R\$27,88 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$11,07 milhões em 31 de dezembro de 2013). A seguir elencamos alguns índices de liquidez, nos três últimos exercícios sociais:

Índices de liquidez	2015	2014	2013
Liquidez geral	2,26	2,03	2,98
Liquidez corrente	1,75	1,55	2,46
Liquidez seca	1,33	1,23	1,96

A seguir elencamos alguns índices de rentabilidade, nos três últimos exercícios sociais:

Índices de rentabilidade	2015	2014	2013
Retorno s/ patrimônio líquido	6,6%	-1,2%	6,7%
Margem líquida	5,9%	-1,0%	5,3%
Margem Bruta	46,4%	41,5%	40,0%
Margem EBIT	3,6%	-5,9%	5,4%

A seguir elencamos dados do Patrimônio Líquido, Endividamento e Posição de caixa:

PL, Endividamento e Caixa Líquido	2015	2014	2013
Patrimônio líquido	198.493	192.889	205.303
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	-	-	557
Caixa e equivalentes de caixa	33.204	27.879	11.629
Aplicações Financeiras	4.446	-	-

**(b) estrutura de capital**

A Companhia possui uma estrutura de capital que não depende de capitais de terceiros para condução dos negócios. Realizamos nossos investimentos tanto fixos, quanto em capital de giro com recursos próprios.

***Hipóteses de resgate***

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações resgatáveis emitidas.

***Fórmula de cálculo do valor de resgate***

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações resgatáveis emitidas.

**(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Temos cumprido todas as obrigações referentes aos nossos compromissos financeiros, bem como mantido a regularidade dos pagamentos desses compromissos.

<b>Balço patrimonial</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Ativo circulante	109.565	109.884	114.385
Ativo não circulante	158.251	160.098	142.501
Passivo circulante	62.680	70.975	46.427
Passivo não circulante	6.643	6.118	5.156
Patrimônio líquido	198.493	192.889	205.303

Analisando a nossa dívida e disponibilidade líquida ao longo dos períodos, nossos Diretores acreditam que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cumprir com nossos investimentos e despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Se houver qualquer mudança no perfil de nossa dívida, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e capital de giro, acreditamos ter capacidade para contratá-los junto a instituições financeiras de primeira linha.

**d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.**

Detemos capacidade de financiar nossas operações e investimentos atuais com recursos próprios. Entretanto, poderemos recorrer a fontes de financiamento sempre que os custos destes recursos sejam suficientemente baixos no julgamento de nossa administração para gerarem valor aos nossos acionistas.

**(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Não temos deficiências de liquidez, não tivemos no passado e não indícios de que esta situação possa ocorrer. O nosso capital de giro e nossos investimentos são financiados com recursos próprios.

**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

Em 31 de dezembro de 2015, não possuímos endividamento bancário e contratos de financiamento em aberto. Em 31 de dezembro de 2014, liquidamos todo nosso endividamento bancário e não possuímos contratos de financiamento em aberto. Em 31 de dezembro de 2013, possuíamos dois contratos de financiamento em aberto, que totalizavam R\$0,56 milhão. Em geral, nossos empréstimos não possuem garantia real, sendo garantidos por meio de avais de nossos acionistas controladores. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto, nem possuiu em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos exercícios findos nas datas acima.

Nosso endividamento em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, e as respectivas taxas de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos que possuímos são:

	Taxa de juros	Vencimento final	2015	2014	2013
<b>Financiamento de imobilizado</b>					
Banco Votorantim	9% a.a.	15/06/2014	-	-	557
<b>Financiamento de exportação</b>					
Banco Santander – BNDES	9% a.a.	15/06/2013	-	-	-
			-	-	557
Passivo circulante			-	-	557
Passivo não circulante			-	-	-
			-	-	557

A Companhia concedia aval financeiro aos financiamentos bancários obtidos pelos lojistas Exclusivos. A partir de 2012 a Companhia não concede mais avais financeiros aos financiamentos bancários obtidos pelos revendedores Exclusivos.

**g) limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não existem financiamentos contratados e não utilizados.

**(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Esta seção trata da análise de nossas demonstrações de resultado, nossos fluxos de caixa e nossos balanços patrimoniais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, além das variações percentuais para os respectivos períodos. As informações financeiras aqui incluídas foram obtidas e devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e em IFRS, e auditadas pelos auditores independentes da Companhia.

As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil referem-se às práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incorporando as alterações trazidas pela Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelas normas regulamentares da CVM e pelos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

## Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2015	(%)	2014	AV <sup>(1)</sup> (%)	Δ	AH <sup>(2)</sup> 2015/2014
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>299.515</b>	<b>134,5%</b>	<b>328.241</b>	<b>134,8%</b>	<b>(28.726)</b>	<b>-8,8%</b>
Mercado interno	290.428	130,4%	321.293	131,9%	(30.865)	-9,6%
Mercado externo	9.087	4,1%	6.948	2,9%	2.139	30,8%
Deduções de vendas	(76.863)	-34,5%	(84.720)	-34,8%	7.857	-9,3%
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>222.652</b>	<b>100,0%</b>	<b>243.521</b>	<b>100,0%</b>	<b>(20.869)</b>	<b>-8,6%</b>
Custo dos produtos vendidos	(119.431)	-53,6%	(142.408)	-58,5%	22.977	-16,1%
<b>Lucro bruto</b>	<b>103.221</b>	<b>46,4%</b>	<b>101.113</b>	<b>41,5%</b>	<b>2.108</b>	<b>2,1%</b>
Despesas com vendas	(78.266)	-35,2%	(100.073)	-41,1%	21.807	-21,8%
Despesas gerais e administrativas	(20.473)	-9,2%	(18.137)	-7,4%	(2.336)	12,9%
Outras receitas operacionais, líquidas	3.531	1,6%	2.684	1,1%	847	31,6%
<b>Lucro Operacional</b>	<b>8.013</b>	<b>3,6%</b>	<b>(14.413)</b>	<b>-5,9%</b>	<b>22.426</b>	<b>155,6%</b>
Despesas financeiras	(3.958)	-1,8%	(4.345)	-1,8%	387	-8,9%
Receitas financeiras	12.001	5,4%	9.259	3,8%	2.742	29,6%
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>16.056</b>	<b>7,2%</b>	<b>(9.499)</b>	<b>-3,9%</b>	<b>25.555</b>	<b>269,0%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.951)	-1,3%	7.091	2,9%	(10.042)	-141,6%
Correntes	(878)	-0,4%	(614)	-0,3%	(264)	43,0%
Diferidos	(2.073)	-0,9%	7.705	3,2%	(9.778)	-126,9%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>13.105</b>	<b>5,9%</b>	<b>(2.408)</b>	<b>-1,0%</b>	<b>15.513</b>	<b>644,2%</b>

<sup>(1)</sup> Análise vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

<sup>(2)</sup> Análise horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

### Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$299,52 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 8,8% ou R\$28,73 milhões, comparados aos R\$328,24 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. A redução da receita bruta de vendas ocorreu, principalmente, devido à queda de 9,6% nas vendas no mercado interno, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 97,0% e do mercado externo 3,0% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, e 97,9% e 2,1%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

## **Mercado Interno**

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$290,43 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 9,6%, ou R\$30,87 milhões, comparados aos R\$321,29 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

No ano de 2015 vendemos para o mercado interno um volume de 1,08 milhão de módulos que representou uma queda de 18,1% ou 0,24 mil módulos em relação ao volume vendido em 2014 que foi de 1,31 milhão de módulos.

A principal oscilação em nossa receita bruta do mercado interno ocorreu devido ao encerramento da relação comercial com um de nossos maiores revendedores no estado de São Paulo, conforme fato relevante divulgado em 28 de novembro de 2014.

## **Mercado Externo**

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$9,09 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 30,8% ou R\$2,14 milhões, comparados aos R\$6,95 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Em 2015 o número de módulos vendidos foi de 37,8 mil módulos, já em 2014 foi de 50,5 mil módulos. As vendas ao mercado externo são afetadas por oscilações significativas em função das especificidades dos projetos comercializados e pela oscilação da moeda externa.

## **Deduções de Vendas**

As deduções de vendas atingiram R\$76,86 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma queda de 9,3% ou R\$7,86 milhões, comparados aos R\$84,72 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, conforme descrito abaixo.

## **Impostos sobre as Vendas**

Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS, COFINS e CPRB) atingiram R\$61,40 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 11,2% ou R\$6,89 milhões, comparados aos R\$68,29 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo, nos respectivos períodos, a 21,1% e 21,3% de

nossa receita do mercado interno. Portanto, a redução dos impostos sobre as vendas é decorrente da redução do faturamento.

### **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$12,35 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 6,4% ou R\$0,75 milhão, comparados aos R\$11,60 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo aos respectivos períodos, a 4,1% e 3,5% de nossa receita bruta de vendas. O aumento do montante do IPI sobre a receita bruta de vendas verificada em 2015 deve-se à volta da alíquota do imposto de 5% no ano de 2015. A alíquota do IPI foi reduzida de 5% para 0%, no período de 26 de março de 2012 até 31 de janeiro de 2013, passando a ser de 2,5% a partir de 1º de fevereiro de 2013, subindo para 3% a partir de 1º de julho de 2013 e para 3,5% a partir de 1º de outubro de 2013, passando para 4% em 1º de janeiro de 2014 e permanecendo nesse patamar até 31 de dezembro de 2014, voltando a 5% em 01 de janeiro de 2015. Os decretos utilizados pelo governo para majorar a alíquota do IPI no período foram: 7.879 de 27 de dezembro de 2012, 8.035 de 28 de junho de 2013, 8.116 de 30 de setembro de 2013, 8.169 de 23 de dezembro de 2013 e 8.280 de 30 de junho de 2014.

### **Devoluções e Abatimentos**

As devoluções de vendas atingiram R\$0,65 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 57,6% ou R\$0,89 milhão, comparados aos R\$1,54 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,3% e 0,6% de nossa receita líquida de vendas. A redução deve-se ao aprimoramento do controle de qualidade sobre a produção.

### **Ajuste a Valor Presente**

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$2,47 milhões, o que representou uma redução de 25,1% ou R\$0,83 milhão, comparado aos R\$3,29 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando 0,8% e 1,0% respectivamente de nossa receita bruta de vendas. A redução deve-se à menor concessão de crédito no período.

### **Receita Líquida de Vendas**

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$222,65 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 8,6% ou R\$20,87 milhões, comparados aos R\$243,52 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

### **Custos dos Produtos Vendidos**

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$119,43 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 16,1% ou R\$22,98 milhões, comparado aos R\$142,41 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. O custo dos produtos vendidos em 2015 representou 53,6% da receita líquida de vendas e 58,5% no ano de 2014.

Essa redução ocorreu, principalmente, por: (i) redução nos gastos gerais de fabricação; (ii) aumento da produtividade; (iii) maior representatividade das vendas realizadas pelas lojas próprias, onde na venda são captadas as margens ao consumidor final.

### **Lucro Bruto**

Em razão dos fatores acima descritos, nosso lucro bruto atingiu R\$103,22 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 2,1% ou R\$2,11 milhões, comparados aos R\$101,11 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Nossa margem bruta que era de 41,5% no exercício social de 2014, aumentou para 46,4% em 2015.

### **Despesas e Receitas Operacionais**

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$95,21 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma queda de 17,6% ou R\$20,32 milhões, comparados aos R\$115,53 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo nos respectivos períodos, a 42,8% e 47,4% da nossa receita líquida de vendas. A queda das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

#### **Despesas com Vendas , Gerais e Administrativas**

Nossas despesas com vendas gerais e administrativas atingiram R\$98,74 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma queda de 16,5% ou R\$19,47 milhões, em relação aos R\$118,21 milhões registrados no

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo nos respectivos períodos a 44,3% e 48,5% da nossa receita líquida de vendas. Essa queda decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

(i) redução nas despesas com clientes de R\$14,2 milhões, devido à base maior em 2014 pelo registro de provisão para atendimento de clientes, conforme fato relevante divulgado em 28 de novembro de 2014. As despesas com clientes, líquidas do efeito da provisão, aumentaram R\$2,2 milhões no ano;

(ii) reestruturação nas despesas de marketing, resultando em uma redução de R\$3,6 milhões;

(iii) reestruturação nas despesas de lojas próprias, principalmente as relacionadas à comissão por vendas e devido a despesas não recorrentes registradas no exercício de 2014. As despesas com lojas próprias foram menores em R\$1,7 milhão;

(iv) as despesas com provisões ficaram R\$0,6 milhão maiores do que no exercício de 2014, devido, principalmente, ao maior montante de provisão para devedores duvidosos;

(v) as demais despesas reduziram R\$0,6 milhão, principalmente, devido à descontinuidade da marca Telasul Modulados, representando menor gasto com frete e bonificação contratual e à menor despesa de pessoal.

#### **Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas.**

Nossas outras receitas operacionais, líquidas, atingiram R\$3,53 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 31,6% ou R\$0,85 milhão, comparado aos R\$2,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando respectivamente 1,5% e 1,1% da receita líquida de vendas de vendas. Esse aumento decorre, principalmente, da venda de bandeiras.

#### **Lucro operacional**

Nosso lucro operacional atingiu R\$8,01 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 155,6% ou R\$22,43 milhões, comparados ao prejuízo operacional de R\$14,41 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo, nos respectivos períodos, a 3,6% e - 5,9% da nossa receita líquida de vendas.

### **Despesas Financeiras**

Nossas despesas financeiras atingiram R\$3,96 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma queda de 8,9% ou R\$0,39 milhão comparados aos R\$4,35 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Tal variação ocorreu, principalmente, devido à redução nas despesas com variação cambial e nas despesas com IOF e tarifas bancárias.

Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 corresponderam, respectivamente a 1,8% da nossa receita líquida de vendas.

### **Receitas Financeiras**

Nossas receitas financeiras atingiram R\$12,00 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 29,6% ou R\$2,74 milhões, comparados aos R\$9,26 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao rendimento de aplicações financeiras superiores aos de 2014 em virtude da melhor posição de caixa da Companhia durante 2015 e às receitas de variação cambial.

Nossas receitas financeiras, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, corresponderam, respectivamente, a 5,4% e 3,8% da nossa receita líquida de vendas.

### **Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social ficou em R\$16,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 269,0% ou R\$25,56 milhões, comparados ao prejuízo antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$9,50 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo, nos respectivos períodos a 7,2% e -3,9% da nossa receita líquida de vendas.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente**

Nossas despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente atingiram R\$0,88 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 43,0% ou R\$0,26 milhão, comparados aos R\$0,61 milhão

no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa redução ocorreu principalmente devido a: (i) redução do juro sobre o capital próprio em relação a 2014; e, (ii) ausência de projetos considerados inovadores pelo MCTI, o que exclui os projetos desenvolvidos pela Companhia do benefício fiscal concedido pela lei 11.196/05 (“Lei do Bem”).

### **Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido**

Em 2015 o resultado do Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido foi despesa de R\$2,07 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma queda de 126,9%, comparados a uma receita de R\$7,71 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa variação, ocorre principalmente, devido à realização da provisão para encerramento de relação comercial.

### **Lucro Líquido do Exercício**

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso lucro líquido foi de R\$13,11 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 644,2% ou R\$15,51 milhões, comparados ao lucro líquido negativo de R\$2,41 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo nos respectivos períodos, a uma margem líquida de 5,9% e - 1,0% da nossa receita líquida de vendas.

## Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2014	AV <sup>(1)</sup> (%)	2013	AV <sup>(1)</sup> (%)	Δ	AH <sup>(2)</sup> 2014/2013
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>328.241</b>	<b>134,8%</b>	<b>344.647</b>	<b>133,6%</b>	<b>(16.406)</b>	<b>-4,8%</b>
Mercado interno	321.293	131,9%	335.677	130,1%	(14.384)	-4,3%
Mercado externo	6.948	2,9%	8.970	3,5%	(2.022)	-22,5%
Deduções de vendas	(84.720)	-34,8%	(86.728)	-33,6%	2.008	-2,3%
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>243.521</b>	<b>100,0%</b>	<b>257.919</b>	<b>100,0%</b>	<b>(14.398)</b>	<b>-5,6%</b>
Custo dos produtos vendidos	(142.408)	-58,5%	(154.868)	-60,0%	12.460	-8,0%
<b>Lucro bruto</b>	<b>101.113</b>	<b>41,5%</b>	<b>103.051</b>	<b>40,0%</b>	<b>(1.938)</b>	<b>-1,9%</b>
Despesas com vendas	(100.073)	-41,1%	(69.148)	-26,8%	(30.925)	44,7%
Despesas gerais e administrativas	(18.137)	-7,4%	(24.395)	-9,5%	6.258	-25,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	2.684	1,1%	4.350	1,7%	(1.666)	-38,3%
<b>Lucro Operacional</b>	<b>(14.413)</b>	<b>-5,9%</b>	<b>13.858</b>	<b>5,4%</b>	<b>(28.271)</b>	<b>-204,0%</b>
Despesas financeiras	(4.345)	-1,8%	(8.505)	-3,3%	4.160	-48,9%
Receitas financeiras	9.259	3,8%	10.058	3,9%	(799)	-7,9%
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(9.499)</b>	<b>-3,9%</b>	<b>15.411</b>	<b>6,0%</b>	<b>(24.910)</b>	<b>-161,6%</b>
Imposto de renda e contribuição social	7.091	2,9%	(1.702)	-0,7%	8.793	-516,6%
Correntes	(614)	-0,3%	(4.449)	-1,7%	3.835	-86,2%
Diferidos	7.705	3,2%	2.747	1,1%	4.958	180,5%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(2.408)</b>	<b>-1,0%</b>	<b>13.709</b>	<b>5,3%</b>	<b>(16.117)</b>	<b>-117,6%</b>

<sup>(1)</sup> Análise vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

<sup>(2)</sup> Análise horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

### Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$328,24 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou uma redução de 4,8%, ou R\$16,41 milhões, comparados aos R\$344,65 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. A redução da receita bruta de vendas ocorreu devido à queda de 4,3% nas vendas no mercado interno e da queda de 22,5% nas vendas no mercado externo, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 97,9% e do mercado externo 2,1% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, e 97,4% e 2,6%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

### **Mercado Interno**

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$ 321,29 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou uma redução de 4,3%, ou R\$14,38 milhões, comparados aos R\$335,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

No ano de 2014 vendemos para o mercado interno um volume de 1,31 milhão de módulos que representou uma queda de 9,2% ou 133,6 mil módulos em relação ao volume vendido em 2013 que foi de 1,45 milhão de módulos. O valor médio por módulo vendido no mercado interno foi de R\$235,7 em 2014, o que representou um aumento de 4,4% comparado com os R\$225,8 em 2013.

### **Mercado Externo**

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$6,95 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou uma queda de 22,5% ou R\$2,02 milhões, comparados aos R\$8,97 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. O decréscimo da receita ocorreu principalmente pela queda de módulos vendidos em 59,5% ou 74,1 mil módulos. Em 2014 o número de módulos vendidos foi de 50,5 mil módulos, em 2013 atingiu 124,6 mil módulos.

### **Deduções de Vendas**

As deduções de vendas atingiram R\$84,72 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou uma queda de 2,3% ou R\$2,01 milhões, comparados aos R\$86,73 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, conforme abaixo descrito.

### **Impostos sobre as Vendas**

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Previdenciária (INSS). Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS, COFINS e INSS) atingiram R\$68,29 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou uma redução de 4,5% ou R\$3,24 milhões, comparados aos R\$71,53 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, correspondendo, nos respectivos períodos, a 21,3% e 21,3% de nossa receita do mercado interno. Portanto, a redução dos impostos sobre as vendas é decorrente da redução do faturamento.

### **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$11,60 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou um aumento de 30,5% ou R\$2,71 milhões, comparados aos R\$8,89 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, correspondendo aos respectivos períodos, a 3,5% e 2,6% de nossa receita bruta de vendas. O aumento no montante do IPI sobre a receita bruta de vendas verificada em 2014 deve-se à volta gradual da alíquota do imposto durante o ano de 2014. A alíquota do IPI foi reduzida de 5% para 0%, no período de 26 de março de 2012 até 31 de janeiro de 2013, passando a ser de 2,5% a partir de 1º de fevereiro de 2013, subindo para 3% a partir de 1º de julho de 2013 e para 3,5% a partir de 1º de outubro de 2013, passando para 4% em 1º de janeiro de 2014 e permanecendo nesse patamar até 31 de dezembro de 2014. Os decretos utilizados pelo governo para majorar a alíquota do IPI no período foram: 7.879 de 27 de dezembro de 2012, 8.035 de 28 de junho de 2013, 8.116 de 30 de setembro de 2013 e 8.169 de 23 de dezembro de 2013.

### **Devoluções e Abatimentos**

As devoluções de vendas atingiram R\$1,54 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou uma redução de 46,2% ou R\$ 1,33 milhão, comparados aos R\$ 2,87 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,6% e 1,1% de nossa receita líquida de vendas.

### **Ajuste a Valor Presente**

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$3,29 milhões, o que representou uma redução de 4,4% ou R\$0,15 milhão, comparado aos R\$ 3,44 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, mantendo nos respectivos períodos, a representatividade de 1,0% de nossa receita bruta de vendas.

### **Receita Líquida de Vendas**

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$243,52 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou uma redução de 5,6% ou R\$14,40 milhões, comparados aos R\$257,92 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. O encerramento da marca Telasul Modulados anunciado no segundo trimestre de 2014 foi responsável por aproximadamente 75% dessa redução.

## Custos dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$142,41 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou uma redução de 8,0% ou R\$12,46 milhões, comparado aos R\$154,87 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. O custo dos produtos vendidos em 2014 representou 58,5% da receita líquida de vendas e 60,0% no ano de 2013.

Essa redução ocorreu, principalmente, por: (i) menor volume e mix de venda, devido aos mesmos efeitos que impactaram a variação trimestral, foram responsáveis pela redução da despesa de fabricação em R\$10,8 milhões; (ii) menor despesa de depreciação, R\$2,8 milhões menor do que em 2013, devido à revisão da vida útil do imobilizado em setembro de 2013; (iii) as demais despesas foram superiores em R\$1,1 milhão, devido, principalmente, ao aumento da provisão para estoques obsoletos, dissídio coletivo e assessorias não recorrentes para melhoria de processos. Apesar da redução no custo dos produtos vendidos, o custo unitário por módulo foi 6,0% maior, atingindo R\$104,38, devido, principalmente, à redução no número de módulos vendidos e ao mix de venda entre as marcas.

## Lucro Bruto

Em razão dos fatores acima descritos, nosso lucro bruto atingiu R\$101,11 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou uma redução de 1,9% ou R\$1,94 milhões, comparados aos R\$103,05 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Nossa margem bruta que era de 40,0% no exercício social de 2013, aumentou para 41,5% em 2014.

## Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$115,53 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou um aumento de 29,5% ou R\$26,33 milhões, comparados R\$89,19 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, correspondendo nos respectivos períodos, a 47,4% e 34,6% da nossa receita líquida de vendas. O aumento das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

### Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

Nossas despesas com vendas gerais e administrativas atingiram R\$118,21 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou um aumento de 26,4% ou R\$24,67 milhões, em relação aos R\$93,54 milhões registrados

no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2013, correspondendo nos respectivos períodos a 48,5% e 36,3%, respectivamente. Esse aumento decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

(i) Aumento nas despesas com clientes devido, principalmente, ao registro de provisão para encerramento de relação comercial com um de nossos maiores lojistas no valor de R\$16,4 milhões, conforme fato relevante divulgado em 28 de novembro de 2014. Dessa forma, as despesas com clientes foram superiores em R\$18,6 milhões no ano;

(ii) Aumento de R\$6,6 milhões nas despesas com provisões. A provisão para devedores duvidosos foi responsável por cerca de R\$4,1 milhões de aumento, enquanto que a provisão para perda na realização de crédito atingiu R\$1,5 milhão e a provisão para processos cíveis aumentou em R\$1,0 milhão;

(iii) Aumento de R\$5,6 milhões nas despesas com lojas próprias, principalmente, devido ao maior volume de vendas nesse negócio fruto do *ramp up* natural da operação iniciada em abril de 2013. Grande parte das despesas variáveis é reconhecida no momento da venda do projeto e não no mesmo momento do reconhecimento da receita que ocorre em um momento futuro quando a mercadoria é entregue ao consumidor, assim, como em 2014 vendemos cerca de duas vezes e meia mais projetos do que em 2013, as despesas com lojas próprias foram superiores em 2014;

(iv) Aumento de R\$3,6 milhões nas despesas de depreciação e amortização, principalmente em função da amortização dos pontos comerciais das lojas próprias;

Os aumentos acima discriminados foram parcialmente compensados pelas seguintes reduções:

(i) A redução nas despesas relacionadas à Telasul atingiu R\$3,1 milhões no ano, relacionadas, principalmente, a despesas comerciais e frete;

(ii) As demais despesas reduziram R\$3,9 milhões no ano, relacionadas, principalmente, a assessorias, despesas com pessoal e de marketing.

#### **Outras Receitas Operacionais, Líquidas.**

Nossas outras receitas operacionais, líquidas, atingiram R\$2,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou uma queda de 38,3% ou R\$1,67 milhão comparado aos R\$4,35 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando respectivamente 1,1% e 1,7% da receita líquida

de vendas. Essa redução decorre, principalmente, do resultado obtido na venda de imóveis mantidos para venda. Em 2013, tivemos ganho na venda de imóveis, enquanto que em 2014 registramos perdas nessa realização. Além disso, em 2014 registramos provisão para redução ao valor recuperável de ativos mantidos para venda devido a mudanças no cenário econômico do país que reduziram o preço de venda desses imóveis, fato não registrado em 2013, para os imóveis que detínhamos.

### **Lucro operacional**

Nosso lucro operacional ficou negativo em R\$14,41 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou uma redução de 204,0% ou R\$28,27 milhões, comparados aos R\$13,86 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, correspondendo, nos respectivos períodos, a -5,9% e 5,4% da nossa receita líquida de vendas.

### **Despesas Financeiras**

Nossas despesas financeiras atingiram R\$4,35 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou uma queda de 48,9% ou R\$4,16 milhões comparados aos R\$8,51 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Tal variação ocorreu pelos seguintes fatores:

(i) redução de R\$2,09 milhões nos descontos financeiros concedidos a clientes;

(ii) redução de R\$2,17 milhões pela não recorrência de despesas financeiras referentes ao REFIS, conforme fato relevante de adesão ao programa publicado no dia 16 de dezembro de 2013.

Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 corresponderam, respectivamente, a 1,8% e 3,3% da nossa receita líquida de vendas.

### **Receitas Financeiras**

Nossas receitas financeiras atingiram R\$9,26 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou uma queda de 7,9% ou R\$0,80 milhão comparados aos R\$10,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Esta variação ocorreu, principalmente, pelo menor volume de AVP a ser revertido em 2014, em função da redução da geração de AVP; e, pelo menor recebimento de juros de duplicatas de clientes, devido à redução na concessão de prazos.

Nossas receitas financeiras, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, corresponderam, respectivamente, a 3,8% e 3,9% da nossa receita líquida de vendas.

### **Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social ficou negativo em R\$ 9,50 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou uma redução de 161,6% ou R\$24,91 milhões, comparados aos R\$15,41 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, correspondendo, nos respectivos períodos, a -3,9% e 6,0% da nossa receita líquida de vendas.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente**

Nossas despesas com imposto de renda e contribuição social - correntes atingiram R\$0,61 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou uma redução de 86,2% ou R\$3,84 milhões, comparados aos R\$4,45 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Essa redução ocorreu principalmente devido à redução no lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido**

Nossas receitas com imposto de renda e contribuição social - diferido atingiram R\$7,71 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou um aumento de R\$4,96 milhões, comparados a uma receita de R\$2,75 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao imposto diferido referente à base negativa de imposto de renda e contribuição social da operação da nossa controlada Unicasa Comércio de Móveis e do aumento do nível de provisões no exercício de 2014, em relação a 2013.

### **Lucro Líquido do Exercício**

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso lucro líquido ficou negativo em R\$2,41 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou uma redução de 117,6% ou R\$16,12 milhões, comparados aos R\$13,71 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, correspondendo nos respectivos períodos, a uma margem líquida negativa de 1,0% e positiva de 5,3% da nossa receita líquida de vendas.

## Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2013	AV <sup>(1)</sup> (%)	2012	AV <sup>(1)</sup> (%)	Δ	AH <sup>(2)</sup> 2013/2012
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>344.647</b>	<b>133,6%</b>	<b>367.072</b>	<b>131,4%</b>	<b>(22.425)</b>	<b>-6,1%</b>
Mercado interno	335.677	130,1%	359.009	128,5%	(23.332)	-6,5%
Mercado externo	8.970	3,5%	8.063	2,9%	907	11,2%
Deduções de vendas	(86.728)	-33,6%	(87.631)	-31,4%	903	-1,0%
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>257.919</b>	<b>100,0%</b>	<b>279.441</b>	<b>100,0%</b>	<b>(21.522)</b>	<b>-7,7%</b>
Custo dos produtos vendidos	(154.868)	-60,0%	(163.972)	-58,7%	9.104	-5,6%
<b>Lucro bruto</b>	<b>103.051</b>	<b>40,0%</b>	<b>115.469</b>	<b>41,3%</b>	<b>(12.418)</b>	<b>-10,8%</b>
Despesas com vendas	(69.148)	-26,8%	(57.422)	-20,5%	(11.726)	20,4%
Despesas gerais e administrativas	(24.395)	-9,5%	(19.637)	-7,0%	(4.758)	24,2%
Outras receitas operacionais, líquidas	4.350	1,7%	9.344	3,3%	(4.994)	-53,4%
<b>Lucro Operacional</b>	<b>13.858</b>	<b>5,4%</b>	<b>47.754</b>	<b>17,1%</b>	<b>(33.896)</b>	<b>-71,0%</b>
Despesas financeiras	(8.505)	-3,3%	(3.075)	-1,1%	(5.430)	176,6%
Receitas financeiras	10.058	3,9%	12.267	4,4%	(2.209)	-18,0%
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>15.411</b>	<b>6,0%</b>	<b>56.946</b>	<b>20,4%</b>	<b>(41.535)</b>	<b>-72,9%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.702)	-0,7%	(14.782)	-5,3%	13.080	-88,5%
Correntes	(4.449)	-1,7%	(15.719)	-5,6%	11.270	-71,7%
Diferidos	2.747	1,1%	937	0,3%	1.810	193,2%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>13.709</b>	<b>5,3%</b>	<b>42.164</b>	<b>15,1%</b>	<b>(28.455)</b>	<b>-67,5%</b>

<sup>(1)</sup> Análise vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

<sup>(2)</sup> Análise horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

### Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$344,65 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 6,1%, ou R\$22,43 milhões, comparados aos R\$367,07 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. A redução da receita bruta de vendas ocorreu devido a uma queda de 6,5% nas vendas no mercado interno, compensada por um aumento de 11,2% no mercado externo, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 97,4% e do mercado externo 2,6% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, e 97,8% e 2,2%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

### **Mercado Interno**

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$335,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 6,5%, ou R\$23,33 milhões, comparados aos R\$359,01 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. No ano de 2013 vendemos para o mercado interno um volume de 1,45 milhão de módulos que representou uma queda de 11,2% ou 183,3 mil módulos em relação ao volume vendido em 2012 que foi de 1,63 milhão de módulos. O valor médio por módulo vendido no mercado interno foi de R\$225,7 em 2013, o que representou um aumento de 3,6% comparado com os R\$217,8 em 2012.

### **Mercado Externo**

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$8,97 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou um aumento de 11,2% ou R\$0,91 milhão, comparados aos R\$8,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. O incremento da receita ocorreu principalmente pelo aumento de módulos vendidos em 88,4% ou 58,4 mil módulos. Em 2013 o número de módulos vendidos foi de 124,6 mil módulos, em 2012 atingiu 66,1 mil módulos. O aumento no número de módulos vendidos em 2013 se deve a estratégia de vendas para o mercado externo da linha Telasul Modulados.

### **Deduções de Vendas**

As deduções de vendas atingiram R\$86,73 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma queda de 1,0% ou R\$0,9 milhão, comparados aos R\$87,63 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, conforme abaixo descrito.

### **Impostos sobre as Vendas**

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Previdenciária (INSS). Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS, COFINS e INSS) atingiram R\$71,53 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 4,2% ou R\$3,12 milhões, comparados aos R\$74,65 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, correspondendo, nos respectivos períodos, a 21,3% e 20,8% de nossa receita do mercado interno. A variação na representatividade de 0,5% ocorreu, principalmente, devido à nova metodologia de cálculo do INSS instituído pela lei 12.546 de 14 de

dezembro de 2011, com efeito para o setor moveleiro a partir de agosto de 2012, que passou a ser registrada como redutora da receita.

### **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$8,89 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou um aumento de 129,8% ou R\$5,02 milhões, comparados aos R\$3,87 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, correspondendo, nos respectivos períodos, a 2,6% e 1,1% de nossa receita bruta de vendas. O aumento no montante do IPI sobre a receita bruta de vendas verificada em 2013 deve-se à volta gradual da alíquota do imposto durante o ano de 2013. A alíquota do IPI foi reduzida de 5% para 0%, no período de 26 de março de 2012 até 31 de janeiro de 2013, passando a ser de 2,5% a partir de 1º de fevereiro, subindo para 3% a partir de 1º de julho e para 3,5% a partir de 1º de outubro, passando para 4% de 1º de janeiro de 2014 e com previsão de retorno a 5% em 1º de julho de 2014. Os decretos utilizados pelo governo para majorar a alíquota do IPI no período foram: 7.879 de 27 de dezembro de 2012, 8.035 de 28 de junho de 2013, 8.116 de 30 de setembro de 2013 e 8.169 de 23 de dezembro de 2013.

### **Devoluções e Abatimentos**

As devoluções de vendas atingiram R\$2,87 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 46,4% ou R\$2,49 milhões, comparados aos R\$5,36 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,9% e 1,5% de nossa receita bruta de vendas. No ano de 2012 tivemos um grande volume de devoluções principalmente em função da redução na alíquota do IPI para 0% (zero por cento), no âmbito do programa de incentivo ao setor moveleiro, editado pelo Governo Federal conforme decretos descritos no item anterior. Desta forma alguns clientes devolveram estoques por estarem com custo acima do mercado. Estes produtos foram refaturados sem perdas à nossa Companhia.

### **Ajuste a Valor Presente**

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$3,44 milhões, o que representou uma redução de 8,4% ou R\$0,32 milhão, comparados aos R\$3,76 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 mantendo nos respectivos períodos, a representatividade de 1,0% de nossa receita bruta de vendas, sendo impactado, também, pela variação da SELIC.

### Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$257,92 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 7,7% ou R\$21,52 milhões, comparados aos R\$279,44 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

### Custos dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$154,87 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 5,6% ou R\$9,10 milhões, comparado aos R\$163,97 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. O custo dos produtos vendidos em 2013 representou 60,0% da receita líquida de vendas, e 58,7% no ano de 2012. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento do custo unitário por módulo vendido, passando de R\$96,63 em 2012 para R\$ 98,51 em 2013. Essa variação ocorreu devido a:

(i) a redução da receita líquida, bem como a variação do mix de venda, provocou uma redução de cerca de R\$12,63 milhões no custo;

(ii) redução na despesa de depreciação no valor de R\$0,80 milhão devido à nova estimativa de vida útil a partir de setembro de 2013;

(iii) a principal variação que contribuiu para o aumento do custo médio é referente a gastos com pessoal. Em 2012 a linha de pintura em lacca e a linha de Produção Flexível estavam em processo de amadurecimento, assim, o impacto dessas linhas em 2013 representou um gasto adicional de R\$3,48 milhões. Já o dissídio coletivo, acrescentou R\$1,03 milhão à despesa com pessoal; e

(iv) outras despesas gerais de fabricação apresentaram redução de R\$0,18 milhão.

### Lucro Bruto

Em razão dos fatores acima descritos, nosso lucro bruto atingiu R\$103,05 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 10,8% ou R\$12,42 milhões, comparados aos R\$115,47 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Nossa margem bruta que era de 41,3% no exercício social de 2013, reduziu para 40,0% em 2013.

## Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$89,19 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou um aumento de 31,7% ou R\$21,47 milhões, comparados aos R\$67,72 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, correspondendo, nos respectivos períodos, a 34,6% e 24,2% da nossa receita líquida de vendas. O aumento das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

### Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas atingiram R\$69,15 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou um aumento de 20,4% ou R\$11,73 milhões, comparados aos R\$57,42 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, correspondendo, nos respectivos períodos, a 26,8% e 20,5% da nossa receita líquida de vendas. Este aumento decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

(i) aumento dos gastos com lojas próprias, R\$8,43 milhões, referentes, principalmente, a gastos com pessoal e aluguéis. Em 2012, as despesas com lojas próprias foram pouco relevantes, pois iniciavam seu ciclo pré-operacional;

(ii) aumento com despesas de atendimento a consumidor final, R\$1,10 milhões, referente a fretes, montagens e materiais. Em relação a 2012, reclassificamos das despesas administrativas R\$2,95 milhões, gerando um efeito total na linha comercial de R\$4,05 milhões;

(iii) aumento das despesas com depreciação e amortização, R\$1,08 milhão, principalmente em função da amortização dos pontos comerciais das lojas próprias, que iniciou em setembro de 2013;

(iv) as despesas com provisões reduziram R\$1,94 milhão, devido, principalmente, ao registro de provisão não recorrente no exercício de 2012;

(v) as despesas com propaganda reduziram R\$0,40 milhão no exercício de 2013, devido a melhores negociações obtidas junto a fornecedores; e

(vi) outras despesas aumentaram R\$0,51 milhão, principalmente devido ao maior gasto com assessorias no exercício de 2013;

## Despesas Gerais e Administrativas

Nossas despesas gerais e administrativas atingiram R\$24,40 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou um aumento de 24,2% ou R\$4,76 milhões, comparados aos R\$19,64 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. O aumento das despesas ocorreu principalmente devido a:

(i) aumento das despesas com lojas próprias, R\$4,54 milhões, referente, principalmente, a gastos com pessoal;

(ii) no dia 16 de dezembro de 2013 a Companhia comunicou o mercado através de Fato Relevante à adesão ao Refis, que impactou R\$2,16 milhões as despesas administrativas, referente ao principal, líquido de provisões, sendo os demais efeitos referentes a juros registrados nas despesas financeiras;

(iii) as despesas referentes a atendimento de consumidor final, aumentaram R\$2,33 milhões referentes, principalmente a acordos judiciais. Em relação a 2012, reclassificamos para as despesas comerciais R\$2,95 milhões, gerando um efeito total na linha administrativa de redução de R\$0,62 milhões;

(iv) as despesas com provisões reduziram R\$1,84 milhão, principalmente devido a reversões da provisão com processos trabalhistas; e

(v) as outras despesas aumentaram R\$0,52 milhão, principalmente, devido ao dissídio coletivo.

## Outras Receitas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas operacionais, líquidas, atingiram R\$4,35 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma queda de 53,4% ou R\$4,99 milhões comparados aos R\$9,34 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando respectivamente 1,7% e 3,3% da receita líquida de venda. Essa queda decorre principalmente do efeito não recorrente registrado em 2012 referente ao prêmio de renovação de contrato com instituição financeira de crédito contratada para fornecer financiamentos aos clientes dos nossos revendedores exclusivos.

## Lucro operacional

Nosso lucro operacional atingiu R\$13,86 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 71,0% ou R\$33,89 milhões,

comparados aos R\$47,75 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, correspondendo, nos respectivos períodos, a 5,4% e 17,1% da nossa receita líquida de vendas.

### **Despesas Financeiras**

Nossas despesas financeiras atingiram R\$8,51 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou um aumento de 176,6% ou R\$5,43 milhão comparado aos R\$3,08 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Tal variação ocorreu pelos seguintes fatores:

(i) aumento nos descontos concedidos a clientes, no valor de R\$3,48 milhões;

(ii) no dia 16 de dezembro de 2013 a Companhia comunicou o mercado através de Fato Relevante à adesão ao Refis, que impactou R\$2,17 milhões as despesas financeiras referentes aos juros do processo, os demais efeitos podem ser observados na despesa administrativa; e

(iii) as demais despesas financeiras apresentaram redução de R\$0,22 milhão.

Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 corresponderam, respectivamente, a 3,3% e 1,1% da nossa receita líquida de vendas.

### **Receitas Financeiras**

Nossas receitas financeiras atingiram R\$10,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma queda de 18,0% ou R\$2,21 milhões comparado aos R\$12,27 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Esta variação ocorreu pelos seguintes fatores:

(i) redução nos juros recebidos referentes a contratos, R\$0,95 milhão, devido à redução dos contratos com clientes em aberto;

(ii) redução no rendimento de aplicações financeiras no valor de R\$0,63 milhão devido ao menor montante em caixa no exercício de 2013 em relação a 2012. O montante captado na abertura de capital da empresa, em abril de 2012, permaneceu em aplicações financeiras até a data de pagamento dos dividendos aos sócios da Companhia, em julho de 2012;

(iii) redução no reconhecimento de AVP no exercício de 2013, no valor de R\$0,50 milhão; e

(iv) as demais receitas financeiras apresentaram redução de R\$0,13 milhão no período.

Nossas receitas financeiras no exercício social em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 corresponderam, respectivamente, a 3,9% e 4,4% da nossa receita líquida de vendas.

### **Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social atingiu R\$15,41 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 72,9% ou R\$41,54 milhões, comparados aos R\$56,95 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, correspondendo, nos respectivos períodos, a 6,0% e 20,4% da nossa receita líquida de vendas.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente**

Nossas despesas com imposto de renda e contribuição social – correntes atingiram R\$4,45 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 71,7% ou R\$11,27 milhões, comparados aos R\$15,72 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Esta redução ocorreu principalmente devido à redução no lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido**

Nossas receitas com imposto de renda e contribuição social – diferido atingiram R\$2,75 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou um aumento de R\$1,81 milhão, comparado a uma receita de R\$0,94 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao imposto diferido referente à redução da base negativa de imposto de renda e contribuição social da operação da nossa controlada Unicasa Comércio de Móveis.

**Lucro Líquido do Exercício**

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso lucro líquido atingiu R\$13,71 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 67,5% ou R\$28,46 milhões, comparados aos R\$42,16 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, correspondendo, nos respectivos períodos, a uma margem líquida de 5,3% e 15,1% da nossa receita líquida de vendas.

## Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 comparado com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014

Ativo	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	Δ	AH
<b>Ativo Circulante</b>	<b>109.565</b>	<b>40,9%</b>	<b>109.884</b>	<b>40,7%</b>	<b>(319)</b>	<b>-0,3%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	33.204	12,4%	27.879	10,3%	5.325	19,1%
Contas a Receber	36.005	13,4%	46.918	17,4%	(10.913)	-23,3%
Estoques	25.946	9,7%	22.688	8,4%	3.258	14,4%
Adiantamentos e Antecipações	1.066	0,4%	1.066	0,4%	-	0,0%
Empréstimos Concedidos	3.838	1,4%	2.918	1,1%	920	31,5%
Despesas Antecipadas	971	0,4%	100	0,0%	871	871,0%
Impostos a Recuperar	6.794	2,5%	6.428	2,4%	366	5,7%
Outros Ativos Circulantes	1.741	0,7%	1.887	0,7%	(146)	-7,7%
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>158.251</b>	<b>59,1%</b>	<b>160.098</b>	<b>59,3%</b>	<b>(1.847)</b>	<b>-1,2%</b>
Aplicações Financeiras	4.446	1,7%	-	0,0%	4.446	0,0%
Contas a Receber	18.018	6,7%	12.867	4,8%	5.151	40,0%
Empréstimos Concedidos	1.960	0,7%	3.209	1,2%	(1.249)	-38,9%
Ativo Mantido para Venda	6.949	2,6%	9.063	3,4%	(2.114)	-23,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.113	5,6%	17.186	6,4%	(2.073)	-12,1%
Impostos a Recuperar	7	0,0%	15	0,0%	(8)	-53,3%
Depósitos Judiciais	4.891	1,8%	3.967	1,5%	924	23,3%
Outros Ativos Não Circulantes	338	0,1%	534	0,2%	(196)	-36,7%
Investimentos Imobilizado	82	0,0%	82	0,0%	-	0,0%
Intangível	83.277	31,1%	84.903	31,4%	(1.626)	-1,9%
	23.170	8,7%	28.272	10,5%	(5.102)	-18,0%
<b>Total do Ativo</b>	<b>267.816</b>	<b>100%</b>	<b>269.982</b>	<b>100%</b>	<b>(2.166)</b>	<b>-0,8%</b>
Passivo	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	Δ	AH
<b>Passivo Circulante</b>	<b>62.680</b>	<b>23,4%</b>	<b>70.975</b>	<b>26,3%</b>	<b>(8.295)</b>	<b>-11,7%</b>
Fornecedores	2.204	0,8%	4.133	1,5%	(1.929)	-46,7%
Obrigações Tributárias	3.823	1,4%	5.613	2,1%	(1.790)	-31,9%
Dividendos e JCP a Pagar	6.774	2,5%	9.069	3,4%	(2.295)	-25,3%
Salários e Encargos Sociais	4.693	1,8%	6.050	2,2%	(1.357)	-22,4%
Adiantamento de Clientes	33.608	12,5%	29.202	10,8%	4.406	15,1%
Provisões	9.474	3,5%	16.398	6,1%	(6.924)	-42,2%
Outros Passivos Circulantes	2.104	0,8%	510	0,2%	1.594	312,5%
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>6.643</b>	<b>2,5%</b>	<b>6.118</b>	<b>2,3%</b>	<b>525</b>	<b>8,6%</b>
Provisões	6.643	2,5%	6.118	2,3%	525	8,6%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>198.493</b>	<b>74,1%</b>	<b>192.889</b>	<b>71,4%</b>	<b>5.604</b>	<b>2,9%</b>
Capital Social	187.709	70,1%	187.709	69,5%	-	0,0%
Reservas de Capital	(2.658)	-1,0%	(2.658)	-1,0%	-	0,0%
Reservas de Lucros	13.442	5,0%	7.838	2,9%	5.604	71,5%
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>267.816</b>	<b>100,0%</b>	<b>269.982</b>	<b>100,0%</b>	<b>(2.166)</b>	<b>-0,8%</b>

## Ativo Circulante

### Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$33,20 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando 19,1% em comparação com R\$27,88 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento decorre da geração operacional de caixa.

### Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2015, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$36,01 milhões, representando uma redução de 23,3% ou R\$10,91 milhões, em relação ao montante de R\$46,92 milhões em 31 de dezembro de 2014.

O contas a receber (curto e longo prazo) encerrou o exercício de 2015 em R\$54,02 milhões, R\$5,76 milhões menor do que em 31 de dezembro de 2014. O principal fator que causou essa redução foi o aumento da provisão para devedores duvidosos, que aumentou R\$6,30 milhões.

### Estoques

Os estoques totalizaram R\$25,95 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando 14,4% ou R\$3,26 milhões, em comparação com os R\$22,69 milhões em 31 de dezembro de 2014. A variação ocorreu devido a compras estratégicas de matéria-prima.

### Adiantamento e antecipações

Não houve variação significativa nesta conta.

### Empréstimos concedidos

Referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de revendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 9,21% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

No curto prazo, os empréstimos concedidos totalizaram R\$3,84 milhões em 31 de dezembro de 2015, 31,5% maior ou R\$0,92 milhão, em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2014, R\$2,92 milhões.

No balanço, os empréstimos concedidos totalizaram R\$5,80 milhões em 31 de dezembro de 2015, reduzindo 5,4% ou R\$0,33 milhão em relação a 31 de dezembro de 2014.

Durante o exercício de 2015, a Companhia concedeu cerca de R\$1,0 milhão em novos empréstimos, operações alinhadas com a estratégia de crescimento pontual da rede de distribuição das marcas e recebeu, oriundo de liquidações, cerca de R\$1,4 milhão. O saldo final ainda aumentou em função da redução do ajuste a valor presente em R\$0,1 milhão.

### **Despesas antecipadas**

As despesas antecipadas totalizaram R\$0,97 milhão em 31 de dezembro de 2015, aumentando 871,0% ou R\$0,87 milhão em relação ao valor de R\$0,10 milhão em 31 de dezembro de 2014. O aumento decorre, principalmente, da contratação antecipada de algumas despesas de marketing para o exercício de 2016, de forma a nos beneficiarmos de acordos mais competitivos.

### **Impostos a recuperar**

Os impostos a recuperar totalizaram R\$6,79 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando R\$0,37 milhão em relação ao valor de R\$6,43 milhões em 31 de dezembro de 2014. Não houve variação significativa desse saldo.

### **Outros ativos circulantes**

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$1,74 milhão em 31 de dezembro de 2015, diminuindo R\$0,15 milhão em relação ao valor de R\$1,89 milhão em 31 de dezembro de 2014. Nesta conta estão registrados os seguintes créditos a receber:

(i) prêmio bancário a receber por meio de parceria junto a instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, por financiamentos realizados por clientes através de nossa rede de revendedores exclusivos; e,

(ii) valores a receber de lojistas referentes à cooperação em campanhas de marketing.

## **Ativo Não Circulante**

### **Aplicações Financeiras**

A Companhia encerrou o exercício com R\$4,45 milhões de saldo em aplicações financeiras de longo prazo. Essa aplicação possui vencimento em 17/03/2017, está indexada a 105% do DI e somente poderá ser resgatada após o vencimento.

### **Contas a receber de clientes**

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo do contas a receber de clientes no não circulante totalizou R\$18,02 milhões, apresentando um aumento de 40,0% ou R\$5,15 milhões, em relação ao montante de R\$12,87 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à renegociação de saldos a receber de clientes. A variação do contas a receber, pode ser visualizada nas explicações dessa linha no curto prazo.

### **Empréstimos concedidos**

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,96 milhão em 31 de dezembro de 2015, diminuindo 38,9% ou R\$1,25 milhão em comparação aos R\$3,21 milhões em 31 de dezembro de 2014. A redução no saldo decorre do prazo de vencimento das parcelas, conforme pode ser observado na explicação desta rubrica no curto prazo.

### **Ativo mantido para venda**

O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado. O ativo mantido para venda totalizou R\$6,95 milhões em 31 de dezembro de 2015, reduzindo R\$2,11 milhões em relação aos R\$9,06 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa redução ocorreu, principalmente, pela venda de ativos no exercício.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos totalizou R\$15,11 milhões em 31 de dezembro de 2015, diminuindo 12,1% em relação ao valor de R\$17,19 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa redução ocorreu, principalmente, pelo aumento na diferença nas bases da depreciação fiscal e societária, que possui saldo passivo,

fazendo com que seu aumento, reduza o saldo dessa rubrica predominantemente ativo. A diferença de bases decorre, principalmente, pela aquisição de bens do ativo permanente.

### **Impostos a recuperar**

Não houve variação significativa nesta conta.

### **Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais totalizaram R\$4,89 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando R\$0,92 milhão em relação aos R\$3,97 milhões em 31 de dezembro de 2014. Os aumentos decorrem, principalmente, de processos trabalhistas e cíveis nos quais a empresa é ré.

### **Outros ativos não circulantes**

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$0,34 milhão em 31 de dezembro de 2015 e R\$0,53 milhão em 31 de dezembro de 2014. Não houve variação significativa nessa conta.

### **Investimentos**

Não houve variação significativa nesta conta.

### **Imobilizado**

Nosso imobilizado totalizou R\$83,28 milhões em 31 de dezembro de 2015, diminuindo 1,9% em relação aos R\$84,90 milhões em 31 de dezembro de 2014. A redução decorre, principalmente, pela depreciação do imobilizado em maior nível do que as aquisições realizadas em 2015.

### **Intangível**

Nosso intangível totalizou R\$23,17 milhões em 31 de dezembro de 2015, diminuindo R\$5,10 milhões em relação aos R\$28,27 milhões em 31 de dezembro de 2014. A redução decorre, principalmente, da amortização do fundo de comércio.

## Passivo Circulante

### Fornecedores

Nosso saldo com fornecedores totalizou R\$2,20 milhões em 31 de dezembro de 2015, reduzindo 46,7% ou R\$1,93 milhão em comparação aos R\$4,13 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa redução decorre, principalmente, do menor saldo em aberto de fornecedores de matéria-prima, que tiveram grande volume de compras em outubro, de forma a não ser necessária a renovação do estoque para os primeiros meses de 2016.

### Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$3,82 milhões em 31 de dezembro de 2015, diminuindo 31,9% ou R\$1,79 milhão em comparação aos R\$5,61 milhões em 31 de dezembro de 2014. A variação decorre, principalmente, da redução do saldo a pagar referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) do Juro sobre Capital Próprio (JCP), pois em 2014 ele foi declarado no terceiro decêndio de dezembro, sendo recolhido em janeiro; já em 2015, o JCP foi declarado no segundo decêndio, sendo recolhido ainda no mês de dezembro. Além do efeito do IRRF sobre o JCP, a variação na receita de dezembro também afetou o saldo a recolher dos impostos incidentes sobre ela (INSS, PIS, Cofins, CPRB).

### Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de Juros sobre o Capital Próprio a pagar totalizou R\$6,77 milhões, diminuindo 25,3% ou R\$2,30 milhões quando comparado com os R\$9,07 milhões em 31 de dezembro de 2014. A distribuição de Juros sobre o Capital Próprio foi declarada no dia 11 de dezembro de 2015, conforme ata da 30ª Reunião do Conselho de Administração.

### Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$4,69 milhões em 31 de dezembro de 2015, diminuindo 22,4% ou R\$1,36 milhão em comparação com os R\$6,05 milhões em 31 de dezembro de 2014. A queda decorre da redução do número de funcionários.

### Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamento de clientes totalizou R\$33,61 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando 15,1% ou R\$4,41 milhões em relação aos R\$29,20

milhões em 31 de dezembro de 2014. A variação é decorrente, principalmente, do adiantamento de vendas realizadas na operação de Unicasa Indústria, principalmente, em virtude de alterações em nossas políticas comerciais.

### **Provisões**

Nessa rubrica está registrada a provisão para encerramento de relação comercial com revendedor, conforme fato relevante divulgado em 28 de novembro de 2014, que totalizou R\$9,47 milhões em 31 de dezembro de 2015, diminuindo 42,2% ou R\$6,92 milhões em relação aos R\$16,40 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa redução decorre da realização da provisão pela entrega das mercadorias aos clientes.

### **Outros passivos circulantes**

Essa rubrica totalizou R\$2,10 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando R\$1,59 milhão em comparação aos R\$0,51 milhão em 31 de dezembro de 2014. A variação decorre, principalmente, do saldo já adiantado pelos lojistas de valores referentes à cooperação em campanhas de marketing do exercício de 2016.

### **Passivo Não Circulante**

#### **Provisões**

Nossas provisões para contingências totalizaram R\$6,64 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$6,12 milhões em 31 de dezembro de 2014. Não ocorreram variações significativas nesta conta.

#### **Patrimônio Líquido**

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$198,49 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$192,89 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento de 2,9% ou R\$5,60 milhões é decorrente da destinação do lucro do exercício.

## Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2014 comparado com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013

Ativo	31/12/2014	AV	31/12/2013	AV	Δ	AH
<b>Ativo Circulante</b>	<b>109.884</b>	<b>40,7%</b>	<b>114.385</b>	<b>44,5%</b>	<b>(4.501)</b>	<b>-3,9%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	27.879	10,3%	11.629	4,5%	16.250	139,7%
Contas a Receber	46.918	17,4%	65.342	25,4%	(18.424)	-28,2%
Estoques	22.688	8,4%	23.304	9,1%	(616)	-2,6%
Adiantamentos e Antecipações	1.066	0,4%	1.559	0,6%	(493)	-31,6%
Empréstimos Concedidos	2.918	1,1%	1.287	0,5%	1.631	126,7%
Despesas Antecipadas	100	0,0%	2.386	0,9%	(2.286)	-95,8%
Impostos a Recuperar	6.428	2,4%	6.230	2,4%	198	3,2%
Outros Ativos Circulantes	1.887	0,7%	2.648	1,0%	(761)	-28,7%
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>160.098</b>	<b>59,3%</b>	<b>142.501</b>	<b>55,5%</b>	<b>17.597</b>	<b>12,3%</b>
Contas a Receber	12.867	4,8%	9.369	3,6%	3.498	37,3%
Empréstimos Concedidos	3.209	1,2%	2.387	0,9%	822	34,4%
Ativo Mantido para Venda	9.063	3,4%	12.668	4,9%	(3.605)	-28,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.186	6,4%	9.481	3,7%	7.705	81,3%
Impostos a Recuperar	15	0,0%	18	0,0%	(3)	-16,7%
Despesas Antecipadas	-	0,0%	88	0,0%	(88)	-100,0%
Depósitos Judiciais	3.967	1,5%	3.555	1,4%	412	11,6%
Outros Ativos Não Circulantes	534	0,2%	1.975	0,8%	(1.441)	-73,0%
Investimentos Imobilizado	82	0,0%	82	0,0%	-	0,0%
Intangível	84.903	31,4%	81.758	31,8%	3.145	3,8%
	28.272	10,5%	21.120	8,2%	7.152	33,9%
<b>Total do Ativo</b>	<b>269.982</b>	<b>100%</b>	<b>256.886</b>	<b>100%</b>	<b>13.096</b>	<b>5,1%</b>
Passivo	31/12/2014	AV	31/12/2013	AV	Δ	AH
<b>Passivo Circulante</b>	<b>70.975</b>	<b>26,3%</b>	<b>46.427</b>	<b>18,1%</b>	<b>24.548</b>	<b>52,9%</b>
Empréstimos e Financiamentos	-	0,0%	557	0,2%	(557)	-100,0%
Fornecedores	4.133	1,5%	6.311	2,5%	(2.178)	-34,5%
Obrigações Tributárias	5.613	2,1%	4.636	1,8%	977	21,1%
Dividendos e JCP a Pagar	9.069	3,4%	5.889	2,3%	3.180	54,0%
Salários e Encargos Sociais	6.050	2,2%	5.983	2,3%	67	1,1%
Adiantamento de Clientes	29.202	10,8%	22.037	8,6%	7.165	32,5%
Provisões	16.398	6,1%	-	0,0%	16.398	n/a
Outros Passivos Circulantes	510	0,2%	1.014	0,4%	(504)	-49,7%
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>6.118</b>	<b>2,3%</b>	<b>5.156</b>	<b>2,0%</b>		<b>18,7%</b>
Provisões	6.118	2,3%	5.156	2,0%	962	18,7%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>192.889</b>	<b>71,4%</b>	<b>205.303</b>	<b>79,9%</b>	<b>(12.414)</b>	<b>-6,0%</b>
Capital Social	187.709	69,5%	187.709	73,1%	-	0,0%
Reservas de Capital	(2.658)	-1,0%	(2.658)	-1,0%	-	0,0%
Reservas de Lucros	7.838	2,9%	20.252	7,9%	(12.414)	-61,3%
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>269.982</b>	<b>100,0%</b>	<b>256.886</b>	<b>100,0%</b>	<b>13.096</b>	<b>5,1%</b>

## Ativo Circulante

### Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$27,88 milhões em 31 de dezembro de 2014, aumentando 139,7% em comparação com R\$11,63 milhões em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento decorre da redução dos fluxos de caixa aplicados nas atividades de investimento e financiamento, conforme detalhado na demonstração dos fluxos de caixa.

### Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2014, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$46,92 milhões, representando uma redução de 28,2% ou R\$18,42 milhões, em relação ao montante de R\$65,34 milhões em 31 de dezembro de 2013.

O contas a receber encerrou o exercício de 2014 em R\$59,79 milhões, R\$14,93 milhões menor do que em 31 de dezembro de 2013. Os principais fatores que causaram essa variação são:

(i) Redução pela transferência para ativo intangível do fundo de comércio da loja da República do Líbano, R\$10,5 milhões;

(ii) Redução pelo recebimento de imóveis para quitação de dívidas de clientes, R\$2,8 milhões;

(iii) Redução pela concessão de descontos financeiros no pagamento de duplicatas, R\$2,4 milhões;

(iv) Redução pelo aumento da provisão para devedores duvidosos, R\$1,8 milhão;

(v) As reduções acima comentadas foram parcialmente compensadas pela redução na provisão para ajuste a valor presente, R\$0,5 milhões; e

(vi) Demais variações que compensaram as reduções acima, R\$2,1 milhões.

### Estoques

Os estoques totalizaram R\$22,69 milhões em 31 de dezembro de 2014, diminuindo 2,6% ou R\$0,62 milhão, em comparação com R\$23,30 milhões em 31 de dezembro de 2013. Não ocorreu variação significativa nesse saldo.

**Adiantamento e antecipações**

Os adiantamentos e antecipações totalizaram R\$1,07 milhão em 31 de dezembro de 2014, diminuindo R\$0,49 milhão em relação aos R\$1,56 milhão em 31 de dezembro de 2013. Não houve, individualmente, nenhuma variação significativa neste saldo.

**Empréstimos concedidos**

Referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de revendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 11,12% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau. Os empréstimos concedidos totalizaram R\$2,92 milhões em 31 de dezembro de 2014, aumentando 126,7% ou R\$1,63 milhão em relação a 31 de dezembro de 2013. O aumento do saldo decorre de concessões pontuais que a Companhia realizou durante o exercício de 2014, no total de R\$3,68 milhões, sendo uma parte classificada no longo prazo. Durante o exercício, a companhia recebeu de clientes cerca de R\$1,04 milhão em pagamento de empréstimos concedidos.

**Despesas antecipadas**

As despesas antecipadas totalizaram R\$ 0,10 milhão em 31 de dezembro de 2014, diminuindo R\$2,29 milhões ou 95,8% em relação ao valor de R\$2,39 milhões em 31 de dezembro de 2013. A redução decorre, principalmente, da redução nas despesas de marketing que eram contratadas antes do exercício.

**Impostos a recuperar**

Os impostos a recuperar totalizaram R\$6,43 milhões em 31 de dezembro de 2014, aumentando R\$0,20 milhão em relação ao valor de R\$6,23 milhões em 31 de dezembro de 2013. Não houve variação significativa desse saldo.

**Outros ativos circulantes**

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$1,89 milhão em 31 de dezembro de 2014, diminuindo R\$0,76 milhão em relação ao valor de R\$2,65 milhões em 31 de dezembro de 2013. Nesta conta estão registrados os seguintes créditos a receber:

(i) prêmio bancário a receber por meio de parceria junto a instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, por financiamentos realizados por clientes através de nossa rede de revendedores exclusivos; e,

(ii) valores a receber de lojistas referentes à cooperação em campanhas de marketing.

### **Ativo Não Circulante**

#### **Contas a receber de clientes**

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo do contas a receber de clientes no não circulante totalizou R\$12,87 milhões, apresentando um aumento de 37,3% ou R\$3,50 milhões, em relação ao montante de R\$9,37 milhões em 31 de dezembro de 2013. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à renegociação de saldos a receber de clientes. A variação do contas a receber, pode ser visualizada nas explicações dessa linha no curto prazo.

#### **Empréstimos concedidos**

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$3,21 milhões em 31 de dezembro de 2014, aumentando R\$0,82 milhão ou 34,4% em comparação aos R\$2,39 milhões em 31 de dezembro de 2013. O aumento no saldo do longo prazo ocorreu devido à concessão de empréstimos durante o exercício de 2014, conforme pode ser observado na explicação desta rubrica no curto prazo.

#### **Ativo mantido para venda**

O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado. O ativo mantido para venda totalizou R\$9,06 milhões em 31 de dezembro de 2014 reduzindo R\$3,61 milhões em relação aos R\$12,67 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa redução ocorreu, principalmente, pela venda de ativos no exercício.

#### **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos totalizaram R\$15,84 milhões em 31 de dezembro de 2014, aumentando 67,1% em relação ao valor de R\$9,48 milhões

em 31 de dezembro de 2013. Este acréscimo, de R\$6,36 milhões, ocorreu pelo aumento das provisões temporariamente indedutíveis no ano de 2014, e, principalmente, devido ao prejuízo fiscal da operação de nossa controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

#### **Impostos a recuperar**

Não houve variação significativa nesta conta.

#### **Despesas antecipadas**

Não houve variação significativa nesta conta.

#### **Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais totalizaram R\$3,97 milhões em 31 de dezembro de 2014, aumentando R\$0,41 milhão em relação aos R\$3,56 milhões em 31 de dezembro de 2013. Não houve variação significativa nessa conta.

#### **Outros ativos não circulantes**

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$0,53 milhão em 31 de dezembro de 2014 e R\$1,98 milhões em 31 de dezembro de 2013. Não houve variação significativa nessa conta.

#### **Investimentos**

Não houve variação significativa nesta conta.

#### **Imobilizado**

Nosso imobilizado totalizou R\$84,90 milhões em 31 de dezembro de 2014, aumentando 3,8% em relação aos R\$81,76 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa variação decorreu pela aquisição de máquinas e equipamentos para melhoria da tecnologia utilizada no processo produtivo, buscando a redução dos níveis de estoques de segurança.

#### **Intangível**

Nosso intangível totalizou R\$28,27 milhões em 31 de dezembro de 2014, aumentando R\$7,15 milhões em relação aos R\$21,12 milhões em 31 de dezembro de 2013. O

aumento decorre do fundo de comércio, da loja da República do Líbano, no valor de cerca de R\$ 10,5 milhões. Valor esse reduzido do contas a receber. A amortização dos pontos comerciais contribuiu para a redução do intangível de cerca R\$4,35 milhões em 2014.

### **Passivo Circulante**

#### **Empréstimos e Financiamentos**

Nossos empréstimos e financiamentos foram todos liquidados durante o exercício, assim, em 31 de dezembro de 2014 não há saldo de empréstimos e financiamentos. Esse saldo, em 31 de dezembro de 2013 era R\$0,56 milhão.

#### **Fornecedores**

Nosso saldo com fornecedores totalizou R\$4,13 milhões em 31 de dezembro de 2014, reduzindo 34,5% ou R\$2,18 milhões em comparação aos R\$6,31 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa redução decorre, principalmente da: (i) redução na compra de matéria prima quando comparado dezembro de 2014 com dezembro de 2013; e, (ii) redução nas despesas antecipadas para o exercício de 2015.

#### **Obrigações tributárias**

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$5,61 milhões em 31 de dezembro de 2014, aumentando 21,1% ou R\$0,98 milhão em comparação aos R\$4,64 milhões em 31 de dezembro de 2013. A variação decorre, principalmente, do: (i) aumento do saldo do IPI a recolher, em virtude do aumento da alíquota do imposto, conforme pode ser observado na explicação da despesa de impostos sobre a venda nesse formulário de referência; (ii) maior saldo de IRRF a recolher ocasionado pelo maior valor distribuído aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio; e, (iii) maior saldo de ICMS a pagar devido à redução do volume de compra de insumos em dezembro de 2014.

#### **Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar**

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de juros sobre o capital próprio a pagar totalizou R\$9,07 milhões, aumentando 54,0% ou R\$3,18 milhões quando comparado com os R\$5,89 milhões em 31 de dezembro de 2013.

**Salários e encargos sociais**

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$6,05 milhões em 31 de dezembro de 2014, aumentando 1,1% ou R\$0,07 milhão em comparação com os R\$5,98 milhões em 31 de dezembro de 2013. Não ocorreu variação significativa nesse saldo.

**Adiantamentos de clientes**

Nosso saldo de adiantamentos de clientes totalizou R\$29,20 milhões em 31 de dezembro de 2014, aumentando 32,5% ou R\$7,17 milhões em relação aos R\$22,04 milhões em 31 de dezembro de 2013. A variação deste saldo é decorrente, principalmente, dos adiantamentos dos clientes da nossa controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

**Provisões**

Nessa rubrica está registrada a provisão para encerramento de relação comercial com revendedor, conforme fato relevante divulgado em 28 de novembro de 2014.

**Outros passivos circulantes**

Nossas outras contas a pagar totalizaram R\$0,51 milhão em 31 de dezembro de 2014, reduzindo R\$0,50 milhão em comparação aos R\$1,01 milhão em 31 de dezembro de 2013. Não houve variação significativa nesta conta.

**Passivo Não Circulante****Provisões**

Nossas provisões para contingências totalizaram R\$6,12 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$5,16 milhões em 31 de dezembro de 2013. Não ocorreram variações significativas nesta conta.

**Patrimônio Líquido**

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$192,89 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$205,30 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa queda de 6,0% ou R\$12,41 milhões é decorrente do prejuízo do período.

**Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013 comparado com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012.**

Ativo	31/12/2013	AV	31/12/2012	AV	Δ	AH
<b>Ativo Circulante</b>	<b>114.385</b>	<b>44,5%</b>	<b>136.105</b>	<b>49,6%</b>	<b>(21.720)</b>	<b>-16,0%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.629	4,5%	28.719	10,5%	(17.090)	-59,5%
Contas a Receber	65.342	25,4%	77.732	28,3%	(12.390)	-15,9%
Estoques	23.304	9,1%	19.296	7,0%	4.008	20,8%
Adiantamentos e Antecipações	1.559	0,6%	1.038	0,4%	521	50,2%
Empréstimos Concedidos	1.287	0,5%	1.971	0,7%	(684)	-34,7%
Despesas Antecipadas	2.386	0,9%	1.868	0,7%	518	27,7%
Impostos a Recuperar	6.230	2,4%	3.104	1,1%	3.126	100,7%
Outros Ativos Circulantes	2.648	1,0%	2.377	0,9%	271	11,4%
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>142.501</b>	<b>55,5%</b>	<b>138.114</b>	<b>50,4%</b>	<b>4.387</b>	<b>3,2%</b>
Contas a Receber	9.369	3,6%	15.476	5,6%	(6.107)	-39,5%
Empréstimos Concedidos	2.387	0,9%	5.547	2,0%	(3.160)	-57,0%
Ativo Mantido para Venda	12.668	4,9%	8.848	3,2%	3.820	43,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.481	3,7%	6.734	2,5%	2.747	40,8%
Impostos a Recuperar	18	0,0%	25	0,0%	(7)	-28,0%
Despesas Antecipadas	88	0,0%	251	0,1%	(163)	-64,9%
Depósitos Judiciais	3.555	1,4%	2.140	0,8%	1.415	66,1%
Outros Ativos Não Circulantes	1.975	0,8%	2.004	0,7%	(29)	-1,4%
Investimentos	82	0,0%	404	0,1%	(322)	-79,7%
Imobilizado	81.758	31,8%	78.373	28,6%	3.385	4,3%
Intangível	21.120	8,2%	18.312	6,7%	2.808	15,3%
<b>Total do Ativo</b>	<b>256.886</b>	<b>100%</b>	<b>274.219</b>	<b>100%</b>	<b>(17.333)</b>	<b>-6,3%</b>

Passivo	31/12/2013	AV	31/12/2012	AV	Δ	AH
<b>Passivo Circulante</b>	<b>46.427</b>	<b>18,1%</b>	<b>46.367</b>	<b>16,9%</b>	<b>60</b>	<b>0,1%</b>
Empréstimos e Financiamentos	557	0,2%	5.128	1,9%	(4.571)	-89,1%
Fornecedores	6.311	2,5%	6.698	2,4%	(387)	-5,8%
Obrigações Tributárias	4.636	1,8%	4.961	1,8%	(325)	-6,6%
Dividendos e JCP a Pagar	5.889	2,3%	10.014	3,7%	(4.125)	-41,2%
Salários e Encargos Sociais	5.983	2,3%	4.507	1,6%	1.476	32,7%
Adiantamento de Clientes	22.037	8,6%	14.002	5,1%	8.035	57,4%
Outros Passivos Circulantes	1.014	0,4%	1.057	0,4%	(43)	-4,1%
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>5.156</b>	<b>2,0%</b>	<b>5.722</b>	<b>2,1%</b>	<b>(566)</b>	<b>-9,9%</b>
Empréstimos e Financiamentos	-	0,0%	557	0,2%	(557)	-100,0%
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	5.156	2,0%	5.165	1,9%	(9)	-0,2%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>205.303</b>	<b>79,9%</b>	<b>222.130</b>	<b>81,0%</b>	<b>(16.827)</b>	<b>-7,6%</b>
Capital Social	187.709	73,1%	187.709	68,5%	-	0,0%
Reservas de Capital	(2.658)	-1,0%	(2.658)	-1,0%	-	0,0%
Reservas de Lucros	20.252	7,9%	13.045	4,8%	7.207	55,2%
Dividendos Adicionais Propostos	-	0,0%	24.034	8,8%	(24.034)	-100,0%
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>256.886</b>	<b>100,0%</b>	<b>274.219</b>	<b>100,0%</b>	<b>(17.333)</b>	<b>-6,3%</b>

**Ativo Circulante**

**Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$11,63 milhões em 31 de dezembro de 2013, diminuindo 59,5% em comparação com R\$28,72 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa redução decorre principalmente do caixa aplicado nas atividades de financiamento (dividendos, JCP e liquidação de empréstimos) em 2013.

### **Contas a receber de clientes**

Em 31 de dezembro de 2013, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$65,34 milhões, representando uma redução de 15,9% ou R\$12,39 milhões, em relação ao montante de R\$77,73 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esta variação ocorreu devido aos seguintes fatores:

(i) aumento por transferência do ativo não circulante para o ativo circulante devido ao vencimento das parcelas no valor de R\$6,11 milhões;

(ii) aumento pela apropriação do ajuste a valor presente no valor de R\$0,30 milhão;

(iii) redução por transferência para o intangível pela aquisição de pontos comerciais no valor de R\$3,21 milhões;

(iv) redução pelo acréscimo da provisão para devedores duvidosos no valor de R\$3,42 milhões;

(v) redução pela renegociação de dívidas com entrada de bens mantidos para venda no valor de R\$4,65 milhões;

(vi) redução pela concessão de descontos financeiros no valor de R\$4,53 milhões; e

(vii) redução pela liquidação de títulos no valor de R\$2,99 milhões.

### **Estoques**

Os estoques totalizaram R\$23,30 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando 20,8% ou R\$4,00 milhões, em comparação com R\$19,30 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento ocorreu devido a:

(i) estoque para revenda nas lojas próprias, aumento de R\$1,43 milhão;

(ii) estoque de matéria-prima, aumento no valor de R\$2,86 milhões; e

(iii) outros, redução de R\$0,29 milhão.

### **Adiantamento e antecipações**

Os adiantamentos e antecipações totalizaram R\$1,56 milhão em 31 de dezembro de 2013, aumentando R\$0,52 milhão em relação aos R\$1,04 milhão em 31 de dezembro de 2012. Não houve, individualmente, nenhuma variação significativa neste saldo.

### **Empréstimos concedidos**

Empréstimos concedidos referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de vendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 8,76% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau. Os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,29 milhão em 31 de dezembro de 2013, reduzindo 34,7% ou R\$0,68 milhão em relação ao valor de R\$1,97 milhão em 31 de dezembro de 2012. Essa variação ocorreu devido aos seguintes fatores:

(i) aumento por transferência do ativo não circulante para o ativo circulante devido ao vencimento das parcelas no valor de R\$3,16 milhões;

(ii) redução pela constituição de provisão para ajuste a valor presente no valor de R\$0,10 milhão;

(iii) redução por liquidação de títulos, no valor de R\$1,10 milhões; e

(iv) redução por renegociações com entrada de bens registrados na linha de ativo mantidos para venda no valor de R\$1,28 milhão.

### **Despesas antecipadas**

As despesas antecipadas totalizaram R\$2,39 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando R\$0,52 milhão ou 27,7% em relação ao valor de R\$1,87 milhão em 31 de dezembro de 2012. Não ocorreram variações relevantes nesta rubrica.

**Impostos a recuperar**

Os impostos a recuperar totalizaram R\$6,23 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando R\$3,13 milhões em relação ao valor de R\$3,10 milhões em 31 de dezembro de 2012. Este aumento ocorreu, principalmente, por termos aderido ao Refis em dezembro, fazendo com que o lucro fiscal do ano ficasse abaixo da base que vínhamos antecipando o recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Estimamos que no primeiro semestre de 2014 este saldo será integralmente compensado com os impostos do período.

**Outros ativos circulantes**

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$2,65 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando R\$0,27 milhão em relação ao valor de R\$2,38 milhões em 31 de dezembro de 2012. Nesta conta estão registrados os seguintes créditos a receber:

(i) prêmio bancário a receber por meio de parceria junto a instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, por financiamentos realizados por clientes através de nossa rede de revendedores exclusivos; e

(ii) valores a receber de lojistas pelo direito de revenda de produtos da Companhia.

**Ativo Não Circulante****Contas a receber de clientes**

Em 31 de dezembro de 2013, as contas a receber de clientes no não circulante totalizaram R\$9,37 milhões, apresentando uma redução de 39,5% ou R\$6,11 milhões, em relação ao montante de R\$15,48 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esta variação ocorreu pela transferência do ativo não circulante para o ativo circulante devido ao vencimento das parcelas.

**Empréstimos concedidos**

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$2,39 milhões em 31 de dezembro de 2013, diminuindo R\$3,16 milhões ou 57,0% em comparação com R\$5,55 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa variação ocorreu pela transferência do ativo não circulante para o ativo circulante devido ao vencimento das parcelas.

**Ativo mantido para venda**

O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado. O ativo mantido para venda totalizou R\$12,67 milhões em 31 de dezembro de 2013 aumentando R\$3,82 milhões em relação aos R\$8,85 milhões em 31 de dezembro de 2012. Este aumento decorreu do recebimento de imóveis em dação de pagamento de contas a receber e empréstimos concedidos a clientes. Estes imóveis foram recebidos pelo seu valor de custo, sendo inferior ou igual ao valor justo, validado por avaliadores independentes e sua valorização é revista anualmente.

#### **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos totalizaram R\$9,48 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando 40,8% em relação ao valor de R\$6,73 milhões em 31 de dezembro de 2012. Este acréscimo, de R\$2,75 milhões, ocorreu pelo aumento das provisões temporariamente indedutíveis no ano de 2013, e, principalmente, devido ao prejuízo fiscal da operação de nossa controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

#### **Impostos a recuperar**

Não houve variação significativa nesta conta.

#### **Despesas antecipadas**

Não houve variação significativa nesta conta.

#### **Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais totalizaram R\$3,56 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando R\$1,42 milhão em relação aos R\$2,14 milhões em 31 de dezembro de 2012. Este aumento decorreu pela necessidade da realização de diversos depósitos judiciais em processos de natureza cível em andamento.

#### **Outros ativos não circulantes**

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$1,98 milhão em 31 de dezembro de 2013 e R\$2,00 milhões em 31 de dezembro de 2012. Não houve variação significativa nesta conta.

### **Investimentos**

Nossos investimentos totalizaram R\$0,08 milhão em 31 de dezembro de 2013, reduzindo R\$0,32 milhão quando comparado aos R\$0,40 milhão em 31 de dezembro de 2012. Não ocorreu variação significativa no período.

### **Imobilizado**

Nosso imobilizado totalizou R\$81,76 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando 4,3% em relação aos R\$78,37 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa variação decorreu pela aquisição de máquinas e equipamentos melhoria da tecnologia utilizada no processo produtivo, buscando a redução dos níveis de estoques de segurança.

### **Intangível**

Nosso intangível totalizou R\$21,12 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando R\$2,81 milhões em relação aos R\$18,31 milhões em 31 de dezembro de 2012. O aumento ocorreu principalmente devido à aquisição do fundo de comércio de lojistas em contrapartida da liquidação do contas a receber.

### **Passivo Circulante**

#### **Empréstimos e Financiamentos**

Nossos empréstimos e financiamentos totalizaram R\$0,56 milhão em 31 de dezembro de 2013, diminuindo R\$4,57 milhões em comparação com os R\$5,13 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa redução ocorreu pela liquidação de empréstimos bancários no exercício de 2013.

#### **Fornecedores**

Nosso saldo com fornecedores totalizou R\$6,31 milhões em 31 de dezembro de 2013, reduzindo 5,8% ou R\$0,39 milhão em comparação com R\$6,70 milhões em 31 de dezembro de 2012. Não ocorreu variação significativa nesta rubrica.

**Obrigações tributárias**

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$4,64 milhões em 31 de dezembro de 2013, reduzindo 6,6% ou R\$0,32 milhão em comparação com R\$4,96 milhões em 31 de dezembro de 2012. Não ocorreu variação significativa nesta rubrica.

**Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar**

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de juros sobre o capital próprio a pagar totalizou R\$5,89 milhões, reduzindo 41,2% ou R\$4,13 milhões quando comparado com os R\$10,01 milhões em 31 de dezembro de 2012, a redução é reflexo do menor patrimônio líquido no exercício de 2013.

**Salários e encargos sociais**

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$5,98 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando 32,7% ou R\$1,48 milhão em comparação com os R\$4,51 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esta variação ocorre, principalmente, devido ao aumento de pessoal referente à operação de nossa controlada, Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

**Adiantamentos de clientes**

Nosso saldo de adiantamentos de clientes totalizou R\$22,04 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando 57,4% ou R\$8,04 milhões em relação aos R\$14,00 milhões em 31 de dezembro de 2012. A variação deste saldo é decorrente, principalmente, dos adiantamentos dos clientes da nossa controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

**Outros passivos circulantes**

Nossas outras contas a pagar totalizaram R\$1,01 milhão em 31 de dezembro de 2013, reduzindo R\$ 0,05 milhão em comparação com R\$1,06 milhão em 31 de dezembro de 2012. Não houve variação significativa nesta conta.

**Passivo Não Circulante****Empréstimos e financiamentos**

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos de longo prazo foram reclassificados para o passivo circulante devido ao prazo de vencimento das parcelas. Em 31 de dezembro de 2012 eles totalizaram R\$0,56 milhão.

### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Nossas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas totalizaram R\$5,16 milhões em 31 de dezembro de 2013, e R\$5,17 milhões em 31 de dezembro de 2012. Não ocorreram variações significativas nesta conta.

### **Patrimônio Líquido**

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$205,30 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$222,13 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa queda de 7,6% ou R\$16,83 milhões é decorrente de:

- (i) redução pela distribuição de dividendos do exercício de 2012 em 2013 no valor de R\$24,03 milhões;
- (ii) aumento da reserva legal no valor de R\$0,68 milhões; e
- (iii) aumento na reserva para expansão no valor de R\$6,52 milhões.

## Análise de nossos fluxos de caixa referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

A tabela abaixo demonstra os componentes do nosso fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, além das variações percentuais para os respectivos períodos.

	2015	2014	2013	AH 15/14 (%)	AH 14/13 (%)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	22.996	30.378	34.675	-24,3%	-12,4%
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(8.602)	(7.670)	(12.330)	12,2%	-37,8%
Fluxo de caixa (aplicado)/gerado nas atividades de financiamento	(9.069)	(6.458)	(39.435)	40,4%	-83,6%
<b>Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5.325</b>	<b>16.250</b>	<b>(17.090)</b>	<b>-67,2%</b>	<b>-195,1%</b>

### Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$33,20 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando R\$5,33 milhões ou 19,1% em comparação aos R\$27,88 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014 o aumento foi de R\$16,25 milhões ou 139,7% em comparação com os R\$11,63 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Além do Caixa e Equivalente da Caixa, em 2015, a Companhia efetuou uma aplicação financeira de longo prazo, que encerrou o exercício com saldo de R\$R\$4,45 milhões.

### Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, nosso caixa líquido gerado pelas atividades operacionais atingiu o valor de R\$23,00 milhões, R\$30,38 milhões e R\$34,68 milhões respectivamente. Um dos principais efeitos da redução da geração operacional de caixa em relação a 2014 ocorreu devido à realização da provisão para encerramento de relação comercial, cuja realização totalizou R\$8,23 milhões, conforme pode ser observado nas notas explicativas (nota nro. 12.c) das Demonstrações Contábeis da Companhia.

### Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R\$8,60 milhões, aumento de R\$0,93 milhão em relação aos R\$7,67 milhões aplicados em 31 de dezembro de 2014. No exercício de 2014, a redução foi de R\$4,66 milhões em relação aos R\$12,33 milhões aplicados em 31 de dezembro de 2013.

**Fluxo de caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamento**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$9,07 milhões, aumento de R\$2,61 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento, decorre, principalmente, do JCP pago em 2015 referente ao exercício de 2014, que foi superior ao JCP pago em 2014 referente ao exercício de 2013. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, o fluxo do caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$6,46 milhões, queda de R\$32,98 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, o fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 39,44 milhões, aumento de R\$ 23,75 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

**(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possui saldo de empréstimos e financiamentos a pagar.

Em 08 de junho de 2009, firmamos contrato de financiamento junto ao Banco Votorantim S.A. (na qualidade de agente financeiro), por meio de repasse de recursos oriundos do “BNDES – Automático Revitaliza”, no valor de R\$5,0 milhões, com prazo de pagamento de 60 meses, carência de 6 meses e vencimento final em junho de 2014. Os encargos financeiros incidentes sobre este contrato são de 9% a.a., correspondente a 0,7207% a.m. Este financiamento está garantido por meio de avais concedidos por nossos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo devedor deste financiamento era de R\$0,5 milhão.

Em 22 de novembro de 2011, firmamos contrato de financiamento junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. (na qualidade de agente financeiro), por meio de repasse de recursos oriundos do “BNDES – Revitaliza Exportação”, no valor de R\$4,00 milhões, com prazo de pagamento de 18 meses, e vencimento final em junho de 2013. Os encargos financeiros incidentes sobre este contrato são de 9% a.a., correspondente a 0,7207% a.m. Para este financiamento foi dispensada qualquer garantia, e possuíamos o compromisso de exportar e comprovar os embarques do valor equivalente a US\$2,25 milhões até junho de 2013.

Os empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia não tem cláusulas restritivas (“*covenants*”).

**(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

A Companhia mantém relacionamento comercial com o Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro, incluindo convênio de Cessão de Crédito e Crédito Direto ao Consumidor celebrado em maio de 2010 e renovado em 28 de setembro de 2012, com vencimento em setembro de 2017, para a promoção dos produtos e serviços da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Santander Financiamentos”) perante os revendedores Exclusivos e seus respectivos clientes. Essas operações não representam dívida à Companhia, pois o financiamento é realizado diretamente entre os clientes finais e o Santander Financiamentos, com taxas e prazos de financiamento que variam para cada cliente. Pela promoção da contratação de operações de financiamento ou cessão de direitos creditórios, a Companhia recebe uma remuneração variável baseada, principalmente, no volume de negócios realizados com os clientes finais e com os revendedores Exclusivos.

**(iii) grau de subordinação entre as dívidas**

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas.

**(iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

Existem limitações apenas quanto aos valores dessas operações, cuja autorização é de competência do Conselho de Administração, conforme descrito no Artigo 22 do Estatuto Social.

**10.2. Os diretores devem comentar:****(a) resultados das operações do emissor, em especial:****(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:****Receita Bruta de Vendas**

É composta por nossa receita bruta de vendas realizadas tanto no mercado interno quanto no mercado externo, de móveis planejados por meio de revendas Exclusivas, lojas Multimarcas e Lojas Próprias, através das marcas Dell Anno, Favorita, New, Casa Brasileira e do segmento de venda Unicasa Corporate. A receita de venda de produtos é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão

gerados para a Companhia e quanto aos riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

### **Mercado externo**

As vendas no mercado externo correspondem às vendas de nossos produtos no exterior, nos seguintes 15 países: Angola, Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Emirados Árabes Unidos, Egito, Martinica, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

### **Deduções**

#### **Impostos sobre vendas**

Sobre a receita bruta de vendas no mercado interno incidem tributos não cumulativos diretos como o PIS, à alíquota de 1,65% e a COFINS, à alíquota de 7,6%. Além desses, também incidem o ICMS, com alíquota de 7% a 19% dependendo do estado de destino, bem como o IPI à alíquota de 5% e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta à alíquota de 1% até 30 de novembro de 2015 e 2,5% a partir de 01 de dezembro de 2015, conforme Lei nº 13.161, de 31 de agosto de 2015. Sobre a receita de nossas vendas para o mercado externo não há incidência de PIS, COFINS, IPI, ICMS e CPRB.

#### **Devoluções e Abatimentos**

As devoluções ocorrem quando nossos clientes decidem substituir total ou parcialmente produtos eventualmente avariados ou em desacordo com o pedido. Os abatimentos, originados pelas devoluções, são concedidos na forma de créditos a serem deduzidos no título de crédito correspondente ou descontados em pedidos futuros. Historicamente as devoluções e abatimentos não são relevantes, correspondendo a 0,3%, 0,6% e 1,1% de nossa receita líquida de vendas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, respectivamente.

#### **Ajuste a Valor Presente**

Os ativos e passivos monetários de curto prazo e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante. Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, apenas as transações de contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros de mercado

(Selic), aplicado sobre o prazo de vencimento de cada parcela da venda, que reflete o risco de cada transação dos respectivos ativos.

### **Despesas e Receitas operacionais**

#### **Despesas com vendas**

As nossas maiores despesas com vendas estão relacionadas a:

- (i) propaganda e marketing, feiras e exposições;
- (ii) gastos com pessoal;
- (iii) outras despesas gerais, tais como: viagens e estadias, despesas com clientes e amortização e aluguel de pontos comerciais;
- (iv) serviços de terceiros tais como: fretes sobre as vendas dos nossos produtos, assessorias e serviços de montagem de móveis;
- (v) comissões sobre vendas para nossos representantes comerciais autônomos e para nossos vendedores das lojas próprias; e,
- (vi) despesas com depreciação e amortização.

#### **Despesas administrativas**

As despesas gerais e administrativas estão relacionadas a:

- (i) gastos com pessoal;
- (ii) serviços de terceiros tais como: serviços jurídicos, auditores externos e consultorias diversas, despesas de informática e manutenção dos sistemas de gestão e controle;
- (iii) outras despesas gerais, tais como: indenização a consumidores e lojistas e provisões; e
- (iv) depreciações.

#### **Outras receitas operacionais, líquidas**

Nossas outras receitas operacionais, líquidas decorrem principalmente de:

(i) prêmio bancário sobre as receitas financeiras auferidas pelo banco que financia nossos consumidores finais, conforme convênio celebrado com instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos;

(ii) créditos fiscais presumidos de ICMS sobre os fretes de vendas;

(iii) valores a receber de lojistas pelo direito de revenda de produtos da Companhia; e,

(iv) resultado da venda de ativos mantidos para venda.

### **Despesas financeiras**

Nossas despesas financeiras incluem principalmente gastos com IOF e tarifas bancárias, juros sobre financiamentos, descontos concedidos, variações cambiais e ajuste a valor presente calculado sobre parcelamentos a receber de clientes e empréstimos concedidos.

### **Receitas financeiras**

Nossas receitas financeiras incluem principalmente juros moratórios recebidos de clientes provenientes de pagamento de duplicatas com atraso, variações cambiais e rendimento sobre aplicações financeiras, além do ajuste a valor presente calculado sobre os ativos de curto e longo prazo.

### **Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

#### **Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15,0%, acrescidas do adicional de 10,0% sobre o lucro tributável que exceder R\$0,24 milhão para Imposto de Renda e 9,0% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.

#### **Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para anular a diferença temporária entre base fiscal e societária.

#### **(ii) Fatores que alteram materialmente os resultados operacionais**

O resultado operacional da companhia vem sendo afetado, principalmente, pelas provisões e pela queda na receita bruta.

### Receita Bruta ex-IPI

Abaixo segue quadro comparativo da receita de nossas marcas e canais nos últimos três exercícios:

Receita Bruta de Vendas Ex-IPI	2015	2014	2013
<b>Receita Bruta de Vendas (menos IPI)</b>	<b>287.167</b>	<b>316.638</b>	<b>335.755</b>
<b>Mercado Interno</b>	<b>278.080</b>	<b>309.690</b>	<b>326.785</b>
Dell Anno e Favorita - Exclusiva e Lojas Próprias	155.193	170.901	172.496
New e Casa Brasileira Revendas Exclusivas	80.728	86.724	92.465
New e Casa Brasileira Multimarca	32.832	37.266	37.093
Telasul Modulados	-	3.123	13.945
Unicasa Corporate	6.345	8.049	5.178
Outras Receitas	2.982	3.627	5.608
<b>Mercado Externo</b>	<b>9.087</b>	<b>6.948</b>	<b>8.970</b>

A variação da receita passa por algumas decisões que a Companhia tomou ao longo dos últimos exercícios e, claramente, pela recessão econômica em que o país se encontra.

Em 2014, a Companhia decidiu por focar seus esforços em sua *core competence*, a fabricação de móveis planejados. Dessa forma, encerramos a produção de produtos modulados da marca “Telasul Modulados”. Essa decisão, permitiu a reestruturação fabril de leiaute, processos etc.

A rede de distribuição da Companhia passou por um momento de reestruturação, conduzida pela Administração, onde ocorreram diversos fechamentos de operações pequenas e, também vêm sendo reduzida devido à deterioração econômica, que levou diversos lojistas nossos a encerrarem suas atividades. Desde 2013, a rede de distribuição da Unicasa foi reduzida em 352 operações exclusivas, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Período	4T13	4T14	4T15
<b>Revendas Exclusivas e Lojas Próprias</b>	<b>832</b>	<b>634</b>	<b>480</b>
Dell Anno e Favorita	381	272	204
New e Casa Brasileira	451	362	276
<b>Multimarca</b>	<b>650</b>	<b>697</b>	<b>639</b>
New e Casa Brasileira Multimarca	650	697	639

Além dos fatores acima elencados, em novembro de 2014 a Administração decidiu por encerrar o relacionamento comercial com um de seus maiores revendedores, conforme fato relevante divulgado no dia 28 de novembro de 2014. Um novo revendedor assumiu parcialmente as operações remanescentes deixadas pelo antigo, enquanto que outras foram encerradas. Portanto, em 2015, o novo revendedor não está maturado a ponto de gerar a mesma receita equivalente aos pontos de venda que ele assumiu.

### Provisões

Em 2015 as despesas com provisões foram responsáveis por R\$11,9 milhões de reais em impacto nas despesas operacionais (efeito líquido de IR: R\$7,9 milhões). Em 2014, o efeito das provisões foi de R\$26,8 milhões de reais (líquido do IR: R\$ 17,7 milhões). O impacto das provisões, antes do imposto de renda, nos últimos três exercícios foi:

Valores registrados no resultado	2015	2014	2013
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	525	962	-
Provisão para encerramento de relação comercial	1.301	16.398	-
Provisão para obsolescência	(46)	300	(27)
Provisão para devedores duvidosos	10.116	7.624	3.420
Provisão para perdas com avais	-	1.507	-
<b>Total</b>	<b>11.896</b>	<b>26.791</b>	<b>3.393</b>

### (b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia não prevê variações significativas dos preços que pratica, procurando manter-se competitiva dentro do atual cenário; no entanto, se os índices inflacionários tiverem variação acentuada durante o exercício de 2016, está preparada para reajustar seus preços em paridade com a variação desses índices; no que tange à taxa de câmbio, também não prevê grande incremento da receita, eis que o mercado externo representa pouco mais de 3% da sua receita total. O cenário econômico previsto para 2016 não indica aumento da demanda dos nossos produtos, e a administração crê que os volumes se manterão em montantes equivalentes aos do exercício anterior. Os novos produtos a serem lançados não determinarão incremento dos módulos vendidos, eis que virão em substituição aos produtos que vierem a ser descontinuados

### (c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A Companhia aumentou seu estoque estratégico de matérias primas para fazer frente às possíveis flutuações bruscas tanto do preço dos principais insumos adquiridos no mercado nacional quanto das matérias primas importadas; em paralelo, vem substituindo insumos cotados em moeda estrangeira por equivalentes nacionais; se os índices inflacionários tiverem variação acentuada durante o exercício de 2016, está preparada para reajustar seus preços em paridade com a variação desses índices e seus efeitos no custo dos seus produtos; a Companhia não tem dívidas bancárias, de forma que o impacto do crescimento das taxas de juros não será significativo no resultado operacional; o resultado financeiro, que já foi impactado positivamente no exercício de 2015 por conta da remuneração paga às aplicações financeiras da Companhia, tende a se repetir em 2016.

**10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

**(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Conforme comentado na seção 6.5 deste formulário de referência, em 08 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a constituição da Unicasa Comércio de Móveis Ltda, sendo ela constituída com 100% de capital oriundo de investimentos da Companhia. Os efeitos dessa participação acionária podem ser observados na linha de investimentos no balanço da Controlada e no balanço Consolidado. Seus efeitos são registrados através do método da equivalência patrimonial, conforme estabelece o CPC 18.

**(c) eventos ou operações não usuais**

Não ocorreram eventos ou operações não usuais a serem refletidas em nossas Demonstrações Financeiras.

**10.4 Os diretores devem comentar:**

**(a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Nossas demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com base nos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), normas da CVM, observando as diretrizes contábeis manadas da Lei das Sociedades por Ações, que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.641 e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Não houve modificação nas práticas contábeis por nós adotadas na elaboração de nossas Demonstrações Financeiras relativas aos três últimos exercícios fiscais, as quais foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Estas demonstrações, portanto, estão apresentadas em bases consistentes.

#### **(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não houve alterações em práticas contábeis sobre as Demonstrações Financeiras referentes aos três últimos exercícios fiscais.

#### **(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Não temos ressalvas presentes nos pareceres emitidos por nossos auditores independentes para os três últimos exercícios fiscais. No parecer das demonstrações financeiras de 2013 há ênfase relativa à utilização do método de equivalência patrimonial (“MEP”) para avaliação de investimentos em controladas. Essa ênfase não é mais aplicável, pois o MEP foi reconhecido pelo IAS como prática conforme IAS 27 – *Separate Financial Statements*. Em 2012 essa ênfase não está presente, pois a Companhia não possuía investimentos avaliados pelo MEP. O parecer dos auditores emitidos para as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013 apresenta a seguinte ênfase:

Conforme descrito na nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Unicasa Indústria de Móveis S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às Demonstrações Financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seriam avaliadas ao custo ou ao valor justo. A Diretoria da Companhia concorda com o conteúdo e opinião do parecer dos auditores independentes referentes às Demonstrações Financeiras dos três últimos exercícios sociais exceto em relação à ênfase mencionada, pois a utilização do método de equivalência patrimonial está respaldada pelo artigo 248 da Lei nº 6.404/76, pelo Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) e pela Norma Internacional IAS 28, logo, sua adoção não só é recomendada,

como obrigatória segundo as normativas vigentes. Ressalte-se ainda que, para atender o pressuposto da IN 12 do Pronunciamento Técnico CPC 43 (R1), de que o resultado e patrimônio líquido das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas devem ser iguais, a avaliação de investimentos em controladas pela equivalência patrimonial é imprescindível, ainda que referido pronunciamento mencione esta exceção.

Em 12 de agosto de 2014, o IASB (*International Accounting Standards Board*) revisou a norma IAS 27, passando a incluir o método de equivalência patrimonial como procedimento aceito na avaliação de investimentos societários nas demonstrações separadas. Portanto, pareceres emitidos após essa data não contêm mais esse parágrafo de ênfase, visto que a partir dessa data, não há mais diferenças entre as normas internacionais e as aplicadas no Brasil.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

A preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia requer que nós diretores, em conjunto com a Administração da Companhia, façamos julgamentos e estimativas e adotemos premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das Demonstrações Financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

***Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas***

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta

alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### ***Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros***

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### ***Impostos***

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera.

O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia e de suas filiais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

## **Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

### **10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

#### **(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

Na data deste documento, não tínhamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados nas nossas Demonstrações Financeiras, incluindo off-balance sheet items.

#### **(b) outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

### **10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

#### **(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das Demonstrações Financeiras do emissor**

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

#### **(b) natureza e propósito da operação**

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

**(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor:**

**(a) investimentos, incluindo:**

**(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Nos últimos três exercícios sociais, realizamos investimentos visando à modernização de nosso parque fabril. Ampliamos nosso prédio industrial e adquirimos máquinas e equipamentos com novas tecnologias que nos possibilitaram o aumento da produtividade de nossa planta fabril. Também investimos em pontos comerciais, investimento que não envolveu caixa, que fazem parte da base de nossa operação de Lojas Próprias. Também incorremos em investimentos de reforma dos pontos para prepará-los para o atendimento ao consumidor final, conforme os padrões estabelecidos para este canal. Com estes investimentos temos capacidade instalada suficiente para atender a uma demanda superior à que estamos operando, sem a necessidade de grandes investimentos em maquinário.

Na tabela abaixo informamos os investimentos realizados no ativo imobilizado e no intangível nos últimos três exercícios sociais:

CAPEX	2015	2014	2013
Imobilizado	3.870	6.929	11.794
Intangível	286	741	536
<b>Total</b>	<b>4.156</b>	<b>7.670</b>	<b>12.330</b>

**(ii) fontes de financiamento dos investimentos**

A Companhia tem condições financeiras de concluir todos os investimentos em andamento, bem como realizar os previstos para os próximos anos, com recursos próprios.

**(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não possuímos quaisquer desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

**(b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não existem planos e/ou projetos já divulgados para aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

**(c) novos produtos e serviços, indicando:**

**(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;**

**(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**

**(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;**

**(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Nossos projetos de pesquisa estão voltados tanto para a melhoria dos produtos existentes e lançamento de produtos inovadores quanto para a otimização das etapas do processo produtivo utilizados em nosso processo de fabricação. Entre eles destacamos:

(i) implantação de tecnologias para acabamentos próximos das técnicas manuais de fabricação, como a marcenaria, visando maior personalização e qualidade do produto final;

(ii) melhorias no sistema de produção *just in time* viabilizando a produção de produtos de acordo com os pedidos dos clientes;

(iii) melhoria do *layout* dos setores de produção visando maior eficiência do fluxo produtivo;

(iv) melhoria nos sistemas para o controle de acondicionamento de peças e acessórios embarcados juntos com os módulos de móveis;

(v) busca de diferenciais competitivos em parceria com os fornecedores para padronagem dos desenhos, cores, texturas, modulação, sistemas de ferragens, acessórios, acabamentos e complementos; e

(vi) pesquisas de mercado para avaliação do posicionamento e de preferência dos consumidores para cada marca.

Ao longo dos seis meses utilizados para o desenvolvimento de cada coleção as ações e pesquisas acima descritas, que servem como orientação para todos os envolvidos no processo produtivo tais como: fornecedores, colaboradores, lojistas, especificadores, designers e arquitetos, bem como para a preparação e planejamento da participação em feiras e eventos do segmento moveleiro. Essas atividades nos permitiram elevar a produtividade, minimizar o desperdício de matéria prima, melhorar o controle de custos e prazos de embarque, elaborar um planejamento eficaz do quadro de pessoal envolvido no processo produtivo e expandir em melhorias e soluções inovadoras as linhas comercializadas, aumentando assim também nosso ganho de mercado, com maior assertividade de posicionamento e aceitação junto ao público pretendido por cada marca.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 totalizaram R\$1,14 milhão, R\$2,44 milhões e R\$4,79 milhões, respectivamente.

**10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

#### **4. ANEXO II – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481)**

##### **1. Informar o lucro líquido do exercício**

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2015 foi de R\$13.104.746,87 (treze milhões, cento e quatro mil, setecentos e quarenta e seis reais e oitenta e sete centavos).

##### **2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

Em 11 de dezembro de 2015 em reunião do Conselho de Administração foi declarada a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor de R\$7.500.802,31 (sete milhões, quinhentos mil, oitocentos e dois reais e trinta e um centavos), na razão de R\$0,113500000 por ação, sendo R\$6.774.036,28 (seis milhões, setecentos e setenta e quatro mil, trinta e seis reais e vinte e oito centavos) o valor líquido de imposto de renda, na razão de R\$0,102502784 por ação.

##### **3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

O percentual a ser distribuído é de 60,2% do lucro líquido ajustado (conforme determina o artigo 201 da Lei 6404) do exercício encerrado em 31/12/2015.

##### **4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não aplicável.

##### **5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

A Companhia possui apenas ações ordinárias. O valor do juro sobre o capital próprio para essa classe de ação é de R\$0,1135 (bruto de imposto de renda).

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Crédito bancário, sendo dia 25/05/2016 a data proposta pela Administração, a ser ratificada pela Assembleia de 28 de abril de 2016.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização e juros sobre o JCP declarado.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

O juro sobre o capital próprio foi declarado em 11 de dezembro de 2015, conforme ata da RCA nro. 30. Ações negociadas ex-JCP a partir de 14 de dezembro de 2015.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:**

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados  
Não aplicável.
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos  
Não aplicável.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Distribuição de dividendos <sup>(1)</sup>	2015	2014	2013
Lucro líquido	13.104.746,87	(2.408.422,75)	13.709.360,15
Lucro líquido por ação	0,19830	(0,03644)	0,20745
<b>Lucro (prejuízo) líquido ajustado</b>	<b>12.449.509,53</b>	<b>(2.408.422,75)</b>	<b>13.023.892,14</b>
Dividendo mínimo obrigatório	3.112.377	n/a <sup>(3)</sup>	3.255.973

Juros sobre capital próprio <sup>(2)</sup>	6.774.036,28	9.069.314,67	5.888.948,02
JCP <sup>(2)</sup> por ação	0,102502784	0,137234281	0,089109881
Evento de aprovação	RCA 11/12/2015	RCA 22/12/2014	RCA 23/12/2013
Data ex-JCP <sup>(4)</sup>	14/12/2015	23/12/2014	26/12/2013
Forma de pagamento	Crédito em conta corrente	Crédito em conta corrente	Crédito em conta corrente
Data de pagamento	25/05/2016	28/05/2015	29/05/2014

Dividendo adicional	-	-	-
Dividendo por ação	n/a	n/a	n/a
Evento de aprovação	n/a	n/a	n/a
Data ex-dividendo	n/a	n/a	n/a
Forma de pagamento	n/a	n/a	n/a
Data de pagamento	n/a	n/a	n/a

<b>Total distribuído</b>	<b>6.774.036</b>	<b>9.069.315</b>	<b>5.888.948</b>
Total distribuído por ação	0,10250	0,13723	0,08911

<sup>(1)</sup> Os valores discriminados foram aprovados nas respectivas AGO's.

<sup>(2)</sup> Valor líquido do imposto de renda retido na fonte.

<sup>(3)</sup> Devido ao prejuízo do período, não há dividendo mínimo obrigatório.

<sup>(4)</sup> Inclusive na data discriminada.

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R\$655.237,34 (seiscentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos).

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Destinação de 5% do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2015.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto da Companhia estabelece o pagamento de no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor período, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Será revertido em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim. O Dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia está sendo pago integralmente.

- c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável. Não há retenção de dividendo obrigatório.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

- a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

- c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

- a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

- c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

- d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

- b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

- c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

- a. Identificar o montante da retenção

A Administração da Companhia propõe a retenção de R\$4.948.707,22 (quatro milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e sete reais e vinte e dois centavos) para viabilizar investimentos previstos no plano de expansão da companhia. De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

A Administração da Companhia, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, de 07 de dezembro de 2009, publicada pela CVM, apresenta orçamento de capital para fundamentar a retenção de lucros via Reserva de Investimentos, conforme disposto no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia e no artigo 196 da Lei 6.404/76.

As projeções e perspectivas apresentadas no orçamento de capital proposto envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

Condições econômicas gerais da indústria e outros fatores operacionais podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos.

Para fazer frente aos investimentos previstos no plano de expansão da Companhia, a Administração está propondo a retenção de 39,75% do lucro líquido ajustado do exercício de 2015, no montante de R\$4.949 mil, totalizando na conta da Reserva de Lucros para Investimentos e Expansão em 31 de dezembro de 2015, R\$4.949 mil.

<b>Fontes de financiamento</b>	<b>R\$ mil</b>
Lucros Retidos em Reservas de Lucros para Expansão	4.949
<b>Total das fontes de financiamento</b>	<b>4.949</b>
<b>Orçamento de capital - Aplicação de recursos</b>	<b>Projeção</b>
<b>Ativo imobilizado e intangível</b>	
Máquinas e equipamentos	(2.647)
Equipamentos e programas de informática	(1.217)
Outros	(1.085)
<b>Total de aplicação de recursos</b>	<b>(4.949)</b>

Essa reserva ora constituída poderá ser utilizada, a critério da Companhia, para viabilizar um plano de recompra de ações, considerando-se recursos disponíveis nos termos da Instrução Normativa CVM 567/15, de 17 de setembro de 2015.

#### **16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

- a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

- b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

**5. ANEXO III – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA****13. Remuneração dos administradores**

**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**(a) objetivos da política ou prática de remuneração**

Nossa política de remuneração está em linha com as melhores práticas de governança, com os objetivos estratégicos de nossos acionistas e com nossos desafios de crescimento e posicionamento competitivo frente a nossos maiores competidores (nacionais e internacionais), no curto e no longo prazo. A nossa política de remuneração tem por objetivo a remuneração satisfatória de nossos administradores, de forma a garantir a retenção de profissionais qualificados em nossa Administração, bem como busca o equilíbrio entre os objetivos da organização, a estratégia de negócios e as práticas de mercado.

Em nosso entendimento, a remuneração atribuída aos Diretores e membros do Conselho de Administração é compatível com a de cargos semelhantes em outras companhias com as mesmas características da nossa, dentro e fora de nosso setor de atuação.

A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal, foi estabelecida segundo a legislação existente. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% do valor médio pago a cada Diretor.

Ainda, não possuímos quaisquer comitês de apoio à Diretoria ou ao Conselho de Administração. Durante os exercícios de 2011 não possuíamos Conselho de Administração. Esse foi instaurado a partir de 2012.

**(b) composição da remuneração, indicando:****(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

A remuneração dos nossos Diretores é composta apenas por parcela fixa. A remuneração fixa tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, buscando compensar adequadamente a competência e a

responsabilidade de nossos Diretores. Adicionalmente, os Diretores que não são nossos acionistas fazem jus aos seguintes benefícios:

- (i) Plano de Assistência Médica – atendimento interno;
- (ii) Plano de Saúde;
- (iii) Assistência Odontológica – atendimento interno;
- (iv) Seguro de Vida em Grupo; e
- (v) PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador.

Os benefícios têm por objetivo complementar a remuneração dos Diretores.

**(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

<b>Tipo de remuneração</b>	<b>Conselho</b>	<b>Diretoria</b>
Remuneração fixa	100%	100%
Remuneração variável	0%	0%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

A remuneração dos Diretores e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, que analisa a responsabilidade de cada cargo da Diretoria, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida.

**(iv) razões que justificam a composição da remuneração**

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida. Ainda, de acordo com o artigo 34, parágrafo único, do nosso Estatuto Social vigente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos nossos administradores uma participação nos lucros, nos termos do § 1º, do Artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações. A remuneração composta por uma parcela fixa e por benefícios diretos e indiretos busca:

- (i) alinhar os interesses dos executivos com os nossos objetivos de curto, médio e longo prazo; e

(ii) o recrutamento e retenção dos profissionais adequados às nossas necessidades.

**(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Na diretoria a Sra. Kelly Zietolie, Diretora Vice-Presidente, não é remunerada. No Conselho de Administração, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle, Sr. Juvenil Antônio Zietolie e o Sr. Aymar Ferreira de Almeida Júnior não são remunerados. Todos renunciaram à remuneração proposta.

**c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Adotamos como medida de desempenho dos Administradores, indicadores empresariais qualitativos e quantitativos, sendo que os principais indicadores que utilizamos são o lucro líquido apurado em cada exercício e o EBITDA.

**(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Considerando os indicadores que são utilizados por nós, em consonância com o Estatuto Social vigente, por deliberação da Assembleia Geral anual, a remuneração é atribuída pelo desempenho global dos administradores, em cada exercício social.

**(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os administradores a buscar a melhor rentabilidade dos nossos investimentos e projetos desenvolvidos, de maneira a alinhar os interesses destes com os nossos interesses de curto, médio e longo prazos. Em uma perspectiva de curto prazo, buscamos obter tal alinhamento por meio da atribuição da remuneração fixa e pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

**(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;**

Não aplicável. A totalidade da remuneração dos nossos administradores é paga diretamente pela UNICASA.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há.

**13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (2016) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Membros remunerados	2,00	2,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual	240.000,00	2.000.000,00	0,00	2.240.000,00
Salário ou pró-labore	240.000,00	2.000.000,00	0,00	2.240.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesessão do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração		
Total da remuneração	240.000,00	2.000.000,00	0,00	2.240.000,00

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Membros remunerados	1,00	2,00	3,00	6,00
Remuneração fixa anual	15.999,94	1.591.241,80	160.800,00	1.768.041,74
Salário ou pró-labore	15.999,94	1.591.241,80	160.800,00	1.768.041,74
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesessão do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração		
Total da remuneração	15.999,94	1.591.241,80	160.800,00	1.768.041,74

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	3,42	0,00	8,42
Membros remunerados	2,00	3,42	0,00	5,42
Remuneração fixa anual	80.000,00	1.722.038,40	0,00	1.802.038,40
Salário ou pró-labore	80.000,00	1.722.038,40	0,00	1.802.038,40
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesessão do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Dois conselheiros receberam remuneração até abril/14.	O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração. Número de membros médio do ano com base em 4 diretores da janeiro a maio e três até o final do ano.		
Total da remuneração	80.000,00	1.722.038,40	0,00	1.802.038,40

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2013 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	4,00	0,00	9,00
Membros remunerados	5,00	3,00	0,00	8,00
Remuneração fixa anual	600.000,00	2.184.825,60	0,00	2.784.825,60
Salário ou pró-labore	600.000,00	2.184.825,60	0,00	2.784.825,60
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesessão do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração		
Total da remuneração	600.000,00	2.184.825,60	0,00	2.784.825,60

**13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável. O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas a seguir correspondem à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, para o cada exercício encerrado em 31 de dezembro nos anos abaixo indicados.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (2016) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de membros</b>	5	3	3	11
<b>Membros remunerados</b>	-	-	-	-
<b>Bônus (em R\$ mil)</b>	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
<b>Participação no resultado (em R\$mil)</b>	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Total da remuneração variável (em R\$mil)</b>	-	-	-	-

**OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.**

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de membros</b>	5	3	3	11
<b>Membros remunerados</b>	-	-	-	-
<b>Bônus (em R\$ mil)</b>	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
<b>Participação no resultado (em R\$mil)</b>	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Total da remuneração variável (em R\$mil)</b>	-	-	-	-

**OBS:** Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de membros</b>	5	4	-	9
<b>Membros remunerados</b>	-	-	-	-
<b>Bônus (em R\$ mil)</b>	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
<b>Participação no resultado (em R\$mil)</b>	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Total da remuneração variável (em R\$mil)</b>	-	-	-	-

OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2013 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de membros</b>	5	4	-	9
<b>Membros remunerados</b>	-	-	-	-
<b>Bônus (em R\$ mil)</b>	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
<b>Participação no resultado (em R\$mil)</b>	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Total da remuneração variável (em R\$mil)</b>	-	-	-	-

**OBS:** Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

**13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

Não aplicável. A Companhia não possui plano de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária baseado em ações, em vigor no último exercício social e para o exercício social corrente.

**13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

**13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

**13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

**13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social**

Acionista/Quotista <sup>(1)</sup>	Quantidade Total de Ações		% do Capital Social Total
	2014	2013	2014
Conselho de Administração	36.065.343	35.286.243	54,57%
Diretoria	598.116	598.116	0,91%
<b>Total</b>	<b>35.884.359</b>	<b>35.884.359</b>	<b>54,30%</b>

<sup>(1)</sup> Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas no conselho de

administração.

**13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.**

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

**13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.**

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

**13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais**

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

**13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

**13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.**

Não aplicável, a Companhia não possui plano de previdência em vigor para os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária.

**13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**

Valores Anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2015 <sup>1</sup>	31/12/2014 <sup>2</sup>	31/12/2013 <sup>3</sup>	31/12/2015 <sup>4</sup>	31/12/2014 <sup>5</sup>	31/12/2013	31/12/2015 <sup>6</sup>	31/12/2014 <sup>7</sup>	31/12/2013 <sup>7</sup>
Número de membros	3,00	3,42	4,00	5,00	5,00	5,00	3,00	n/a	n/a
Valor da maior remuneração (Reais)	1.104.560,00	1.036.800,00	1.288.000,00	15.999,94	40.000,00	600.000,00	53.600,00	-	-
Valor da menor remuneração (Reais)	486.681,80	228.412,80	448.412,80	15.999,94	40.000,00	600.000,00	53.600,00	-	-
Valor médio da remuneração (Reais)	795.620,90	574.012,80	728.275,20	15.999,94	40.000,00	600.000,00	53.600,00	-	-

1 - No ano de 2015 foi paga remuneração somente para 2 (dois) diretores. O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração.

2 - No ano de 2013 foi paga remuneração somente para 3 (três) diretores. O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração. Para efeito de cálculos da maior e menor remuneração e da média foram considerados somente os 3 (Diretores), sendo que um deles renunciou ao cargo em maio. Dessa forma, para foram considerados cinco meses com quatro diretores e sete meses com três.

3 - No ano de 2013 foi paga remuneração somente para 3 (três) diretores. O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração. Para efeito de cálculos da maior e menor remuneração e da média foram considerados somente os 3 (Diretores).

4 - No ano de 2015, apenas um conselheiro recebeu remuneração a partir do mês de novembro, pois sua eleição se deu na Reunião do Conselho de Administração Nº 29 de 12 de novembro de 2015.

5 - No ano de 2014 apenas dois conselheiros receberam remuneração até o mês de abril. Após, o conselho passou a não ser remunerado.

6 - No ano de 2015, tivemos a instalação do Conselho Fiscal. Para efeito de cálculos do número de membros foram considerados somente os meses a partir do mês de maio, pois o Conselho Fiscal foi instalado na data de 29 de abril de 2015.

7 - Conselho Fiscal não instalado.

**13.12** Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no nosso resultado, referente a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores.

**13.14.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

A Companhia não efetuou nenhum pagamento aos membros da Diretoria Estatutária nos 3 últimos exercícios sociais que não seja em relação à função que ocupam. Além disso, durante os exercícios de 2010, 2011 a Companhia não possuía Conselho de Administração, o qual foi instalado em 2012. A Companhia só instalou o Conselho Fiscal a partir do exercício de 2015, e os conselheiros fiscais eleitos não prestaram quaisquer serviços à companhia como consultores, assessores ou de qualquer outra natureza.

**13.15** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável, tendo em vista que não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

### **13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## 6. ANEXO IV – INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES

Nos termos do Art. 14 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração é composto de, no mínimo, 5 (cinco) membros, e no máximo, 7 (sete) membros. O prazo de gestão dos membros é de dois anos, permitida a reeleição. A eleição dos membros do Conselho observará o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social da Unicasa.

A proposta para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 28 de abril de 2016 é a eleição de 5 (cinco) membros com ou sem adoção do voto múltiplo, mantendo, assim, o mesmo número de membros do Conselho de Administração atualmente empossados.

Caso não haja pedido de adoção do processo de voto múltiplo e os titulares de ações com direito a voto não exerçam o direito de eleição em separado previsto no art. 141, §4º, da Lei n. 6.404/76, serão eleitos por votação majoritária 5 (cinco) membros para o Conselho de Administração da Companhia, por indicação dos acionistas controladores, conforme abaixo.

Caso haja pedido de adoção do processo de voto múltiplo, a cada ação será atribuído 5 (cinco) votos, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários, na forma do art. 141, da Lei n. 6.404/76. Recebido o pedido de adoção do processo de voto múltiplo e verificado que ele atende ao disposto no art. 141, da Lei n. 6.404/76, a Companhia divulgará, por meio do Sistema IPE, que a eleição do conselho de administração poderá se dar por esse processo.

Na forma do disposto no art. 141, §7º, da Lei n. 6.404/76, independentemente do número de conselheiros que, segundo o estatuto, componha o Conselho de Administração, caso a eleição do Conselho de Administração se dê pelo sistema do voto múltiplo e, cumulativamente, os titulares de ações ordinárias exercerem a prerrogativa de eleger conselheiro de acordo com o art. 141, §4º, da Lei n. 6.404/76, será assegurado aos acionistas controladores o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um.

Em atendimento ao disposto no Art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, seguem abaixo as informações (itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência) a respeito dos candidatos indicados à reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Item 12.5.a. Nome	<b>Gelson Luis Rostirolla</b>	<b>Alexandre Grendene Bartelle</b>	<b>Frank Zietolie</b>	<b>Aymar Ferreira de Almeida Júnior</b>	<b>Daniel Ferreira de Maia Freitas</b>
Item 12.5.b. Data de Nascimento	14/02/1953	23/01/1950	18/05/1970	16/06/1971	13/05/1984
Item 12.5.c. Profissão	Administrador	Industrial	Administrador	Engenheiro	Administrador
Item 12.5.d. CPF	148.411.429-91	098.675.970-87	532.184.260-49	098.052.728-77	320.434.708-76
Item 12.5.e. Cargo a ser ocupado	Presidente do Conselho	Vice-Presidente do Conselho	Membro Titular	Membro Titular	Membro Independente <sup>1</sup>
Item 12.5.f. Data da eleição	28/04/2016	28/04/2016	28/04/2016	28/04/2016	28/04/2016
Item 12.5.g. Data da posse	28/04/2016	28/04/2016	28/04/2016	28/04/2016	28/04/2016
Item 12.5.h. Prazo do mandato	Até AG das DF's de 31/12/2017	Até AG das DF's de 31/12/2017	Até AG das DF's de 31/12/2017	Até AG das DF's de 31/12/2017	Até AG das DF's de 31/12/2017
Item 12.5.i. Outras posições na Companhia <sup>1</sup>	N/A	N/A	Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de RI	N/A	N/A
Item 12.5.j. Indicação	Controladores	Controladores	Controladores	Controladores	Minoritários
Item 12.5.l. Mandatos consecutivos	N/A	2	2	1	1
Item 12.9. Relação conjugal/parentesco com administradores ou diretores estatutários	N/A	N/A	Irmão – Kelly Zietolie (Vice-Presidente).	N/A	N/A
Item 12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	N/A	Diretor Vice-Presidente da Telasul S.A.	Diretor da Telasul S.A.	N/A	N/A
Item 12.10. Tipo de Relação do Administrador com a parte relacionada	N/A	Controle	Controle	N/A	N/A
Item 12.10. Tipo de pessoa relacionada	N/A	Fornecedor	Fornecedor	N/A	N/A

<sup>1</sup> - Item 12.5.k. Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei 6.404/76 e segundo o regulamento de listagem do Novo Mercado onde o Conselheiro Independente atende os seguintes critérios: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

**Item 12.5.m.i, Item 12.5.m.ii e Item 12.5.n – principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e declarações criminais.****Currículo – Gelson Luis Rostirolla**

63 anos, graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste Catarinense (UNOESC). Além disso, exerce o cargo de:

(i) Diretor Vice-Presidente da Grendene S.A.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Gelson, não sofreu qualquer condenação criminal, condenação de processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Currículo – Alexandre Grendene Bartelle**

64 anos, bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), atualmente exerce o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. Além disso exerce os cargos de:

(i) Presidente do Conselho de Administração Grendene S.A.; Diretor Presidente da Grendene Negócios S.A.;

(ii) Diretor Vice-Presidente da Telasul S.A.;

(iii) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Vulcabrás/Azaléia S.A.;

(iv) Diretor Presidente da Agropecuária Jacarezinho Ltda;

(v) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Da Mata S.A. – Açúcar e Alcool;

(vi) Diretor Administrativo da Lagoa Clara Agrícola S.A.;

(vii) Administrador da Karina Empreendimentos Imobiliários Ltda;

(viii) Diretor Presidente da AGP Negócios e Participações S.A.;

(ix) Administrador da Nova Trento Negócios e Participações Ltda;

(x) Diretor Presidente da Nova Vicenza Negócios e Participações S.A.;

(xi) Diretor Presidente da Veneza Negócios e Participações S.A.;

(xii) Diretor Presidente da Alexandre G. Bartelle Participações S.A.;

(xiii) Diretor Presidente da A3NP – Indústria e Comércio de Móveis S.A.;

(xiv) Diretor Presidente da MHL Calçados Ltda e ;

(xv) Diretor Presidente da Nova Milano Investimentos Ltda.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Alexandre, não sofreu qualquer condenação criminal, condenação de processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Currículo – Frank Zietolie**

45 anos, bacharel em Administração de Empresas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), atualmente exerce o cargo de Membro Efetivo do nosso Conselho de Administração, Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Além disso, exerce o cargo de:

(i) Diretor da Telasul S.A.;

(ii) Sócio Administrador da Zietolie Negócios e Participações Ltda e;

(iii) LIC Negócios Imobiliários Ltda.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Frank, não sofreu qualquer condenação criminal, condenação de processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

#### **Currículo – Aymar Ferreira de Almeida Júnior**

44 anos, bacharel em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP) com MBA pela University of Michigan Ross School of Business, atualmente exerce o cargo de Membro Efetivo do nosso Conselho de Administração. Além disso, exerce o cargo de:

- (i) Sócio Fundador da Kinea Investimentos e;
- (ii) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Log-In Logística Intermodal S.A.
- (iii) Membro Independente do Conselho de Administração da Rodobens Negócios Imobiliários S.A.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Aymar, não sofreu qualquer condenação criminal, condenação de processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

#### **Currículo – Daniel Ferreira Maia de Freitas**

31 anos, bacharel em empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), atualmente exerce o cargo de Membro Efetivo do nosso Conselho de Administração. Além disso, exerce o cargo de:

- (i) Sócio Diretor da Salad Creations e Boali e;
- (ii) Conselho Consultivo do Fundo RPS Capital.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Daniel, não sofreu qualquer condenação criminal, condenação de processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Item 12.6 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício social, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

<b>Membros do conselho de administração</b>	<b>Posse<sup>1</sup></b>	<b>Reuniões desde a posse<sup>2</sup></b>	<b>Participação</b>
Alexandre Grendene Bartelle	30/04/2014	5	80%
Frank Zietolie	30/04/2014	5	100%
Aymar Ferreira de Almeida Júnior	26/08/2014	5	100%
Daniel Ferreira de Maia Freitas	12/11/2015	1	100%

<sup>1</sup> - Mandato vigente

<sup>2</sup> - No exercício de 2015

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

Não aplicável. A Companhia não possui comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

**12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

Não aplicável. A Companhia não possui comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

## 8. ANEXO V – RELATÓRIO COM INDICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

Relatório sobre a alteração proposta ao Estatuto Social da Unicasa Indústria de Móveis (“Companhia”) e seus efeitos jurídicos e econômicos, em cumprimento dos termos do artigo 11 da Instrução CVM nº 481/2009 de 17 de dezembro de 2009.

### 1. Alterações Propostas de Justificativa

Será submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a proposta de alteração do endereço da sede social da Companhia da Rodovia Estadual RSC-470, km 212,930, bairro São Vendelino, CEP 95700-000, Cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul para a Rodovia Federal BR-470, km 212,930, bairro São Vendelino, CEP 95707-540, e a consequente alteração do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia.

### 2. Consolidação do Estatuto Social

Em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 11 da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, o Anexo II-A a este Relatório contém cópia do Estatuto Social da Companhia com a indicação, em destaque, da nova redação proposta para o Artigo 2º.

### 3. Efeitos Jurídicos e Econômicos

Em atendimento ao disposto no inciso II do artigo 11 da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, a administração da Companhia informa que a alteração proposta ao Estatuto Social não produzirá efeitos jurídicos ou econômicos. Trata-se do Decreto nº 5.621/2005, Portaria GM MT nº 069/2006 e na Portaria GM MT nº 102, de 4 de abril de 2014, publicado no D.O.U de 7 de abril de 2014, Processo Nº 50600.084466/2012-19, assinado no dia 17 de março de 2015 e publicado no D.O.U na data de 20 de março de 2015, que altera a concessão da Rodovia RSC-470 anteriormente concedida ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Estado do Rio Grande do Sul - DAER/RS para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT passando a se chamar Rodovia BR-470. Novos códigos de endereçamento postal (CEP) para a cidade de Bento Gonçalves passaram a valer a partir de 29 de janeiro de 2016, portanto o CEP da Unicasa que antes era 95700-000 passa a ser 95707-540.

Bento Gonçalves, 28 de março de 2016.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S/A  
NIRE: 43.300.044.513  
CNPJ/MF N.º: 90.441.460/0001-48

ANEXO II-A  
ESTATUTO SOCIAL COM AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS EM DESTAQUE

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

**Artigo 1º** A Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

**Parágrafo 1º** Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, estarão sujeitos às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado").

**Parágrafo 2º** As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

**Artigo 2º** A Companhia tem sede e domicílio legal na Cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, junto a [Rodovia Estadual RSC-470](#) [Rodovia Federal BR-470](#), Km. 212,930, Bairro São Vendelino, [CEP 95700-000](#) [CEP 95707-540](#).

**Parágrafo Único** Mediante deliberação da Diretoria, a Companhia pode abrir, mudar, fechar ou alterar os endereços de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da Companhia em qualquer parte do País ou do exterior, observadas as formalidades legais.

**Artigo 3º** A Companhia tem por objeto social:

- (i) A indústria, comércio, prestação de serviços, importação e exportação de produtos relacionados ao ramo de mobiliário em geral, planejado e modulado de madeira, ferro, aço, alumínio e outros materiais, contemplando soluções residenciais, comerciais, hotelaria, infantil e escritório, acessórios funcionais e decorativos inclusive partes, peças e componentes, artefatos de arame, estruturas metálicas, esquadrias,

louças e metais, revestimentos em pedra, vidro, couro e tecido, sistemas de iluminação, mecanismos de acionamento de portas e gavetas, divisórias de ambientes, produtos eletrodomésticos, eletroeletrônicos, eletro portáteis, utensílios domésticos em geral, artigos de decoração e roupas de cama, mesa, banho e cozinha, confecções e artigos do vestuário, tecidos, colchões, travesseiros, almofadas, incluindo mercadorias no ramo de mobiliário solto, tais como: sofás, cadeiras e tapetes podendo também, explorar a comercialização de matérias primas e insumos utilizados pela indústria;

(ii) Realizar a edição de periódicos e revistas, executar a promoção de eventos relacionados com o objeto social, podendo ainda, explorar a atividade de representação comercial por conta e ordem de terceiros e promover a importação de máquinas, aparelhos, equipamentos, veículos e ferramentas para emprego na atividade industrial;

(iii) Prestar serviços "on line" de informação em banco de dados de computador ou assessoria, consultoria e informação ao consumidor sobre produtos, preços através da websites em conexão com comércio realizado pela internet;

(iv) Perceber receita decorrente de aluguéis e prestação de serviços relacionados com as atividades do objeto social; e

(v) Participar do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia, acionista ou quotista, inclusive mediante a aplicação de recursos próprios ou de incentivos fiscais.

**Artigo 4º** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## **CAPÍTULO II**

### **CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$59.799.824,96 (cinquenta e nove milhões, setecentos e noventa e nove mil oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos), dividido em 5.499.900 (cinco milhões, quatrocentas e noventa e nove mil e novecentas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo 1º** O capital social da Companhia é representado exclusivamente por ações ordinárias.

**Parágrafo 2º** Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

**Parágrafo 3º** Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com quem a Companhia mantenha contrato de depósito em vigor, sem emissão de certificados.

**Parágrafo 4º** A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.

**Parágrafo 5º** Fica vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

**Parágrafo 6º** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

**Artigo 6º** A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, observadas as condições e requisitos expressos no Artigo 30 da Lei das Sociedades por Ações e disposições regulamentares aplicáveis.

**Artigo 7º** A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

**Parágrafo 1º** A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e por deliberação do Conselho de Administração, emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição.

**Parágrafo 2º** A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou por meio de subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

**Artigo 8º** A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.

## CAPÍTULO III

ASSEMBLEIAS GERAIS DE ACIONISTAS

**Artigo 9º** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais a exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social.

**Parágrafo 1º** As Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência, e, presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou ainda, na ausência deste último, por outro acionista da Companhia indicado por maioria de votos entre os presentes.

**Parágrafo 2º** As Assembleias Gerais serão realizadas na sede social da Companhia, podendo ser realizadas fora da sede social por motivo de força maior ou outra modalidade prevista em lei ou instrução normativa dos órgãos competentes.

**Artigo 10** Para tomar parte nas Assembleias Gerais da Companhia, o acionista deverá apresentar os seguintes documentos:

- (i) documento hábil de identidade;
- (ii) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral;
- (iii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do procurador do acionista, o qual deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e ser acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos; e
- (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido, pela instituição responsável pela custódia fungível ou outro órgão competente, no máximo 2 (dois) dias antes da data da realização da Assembleia Geral.

**Parágrafo 1º** O edital de convocação das Assembleias Gerais poderá solicitar, para fins de melhor organização das Assembleias Gerais, o depósito na sede da Companhia dos documentos arrolados no *caput* com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data da realização da respectiva Assembleia Geral.

**Parágrafo 2º** Independentemente do depósito dos documentos arrolados no *caput* deste Artigo com a antecedência prevista no Parágrafo 1º, qualquer acionista da Companhia que comparecer às Assembleias Gerais terá o direito de dela participar e votar, desde que comprove sua qualidade de acionista mediante apresentação dos documentos referidos no *caput* deste Artigo.

**Artigo 11** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas na legislação aplicável, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco.

**Parágrafo Único** - As atas de Assembleia deverão ser: (i) lavradas no livro de Registro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a indicação resumida do sentido do voto dos acionistas presentes, dos votos em branco e das abstenções; e (ii) publicadas com omissão das assinaturas.

**Artigo 12** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei, compete à Assembleia Geral deliberar a respeito de:

- (i) alteração, modificação e reforma do presente Estatuto Social;
- (ii) transformação, fusão, cisão e incorporação da Companhia, bem como incorporação de ações de emissão da Companhia, sua dissolução, liquidação, eleição e destituição dos liquidantes e aprovação de suas contas;
- (iii) aprovação das contas, das demonstrações financeiras anuais e propostas apresentadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;
- (iv) eleição, reeleição e substituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, bem como a determinação do número de cargos do Conselho de Administração, observadas as normas deste Estatuto Social;
- (v) fixação da remuneração anual dos administradores, global ou individual;
- (vi) pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia junto à CVM, bem como a saída do Novo Mercado;
- (vii) escolha da empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação da Companhia em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo X deste Estatuto, dentre as empresas que forem indicadas pelo Conselho de Administração.

#### Capítulo IV

## Administração

**Artigo 13** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social.

**Parágrafo 1º** A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

**Parágrafo 2º** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, sendo dispensada qualquer garantia de gestão.

**Parágrafo 3º** Em caso de término do mandato, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos ou sua recondução nos respectivos cargos.

## **Capítulo V**

### **Conselho de Administração**

**Artigo 14** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, dos quais um será o seu Presidente e outro o seu Vice-Presidente, residentes ou não no Brasil, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.

**Parágrafo 1º** A Assembleia Geral determinará, pelo voto da maioria absoluta dos presentes, não se computando os votos em branco, previamente à eleição de seus membros, o número de cargos do Conselho de Administração da Companhia a serem preenchidos em cada exercício, observado o mínimo de 05 (cinco) e o máximo de 7 (sete) membros.

**Parágrafo 2º** Os membros do Conselho de Administração da Companhia devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, exceto se expressamente autorizado pela Assembleia Geral da Companhia, aquele que: (i) ocupar cargo, seja como administrador, consultor, empregado, assessor ou colaborador em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado em que a Companhia atua; e (ii) tiver interesse conflitante com a Companhia, sendo que se o conflito surgir após a eleição de referido membro, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral da Companhia para deliberar a respeito da destituição ou permanência de tal membro no Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo 3º** Os membros do Conselho de Administração devem exercer suas atribuições de forma a atingir os interesses da Companhia, sendo lhes vedado, nos termos do artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações, intervir em qualquer ato ou operação social em que tiverem interesse conflitante com o da Companhia, bem como nas deliberações que a esse respeito tomarem os demais administradores, sendo que nestes casos o conselheiro cujo interesse conflitar com o da Companhia deverá notificar seu impedimento, consignando em ata a natureza e extensão de seu interesse.

**Parágrafo 4º** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

**Parágrafo 5º** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 20% (vinte por cento) de Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, os quais devem ser expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger.

**Parágrafo 6º** Quando a aplicação do percentual definido no Parágrafo 5º acima resultar em número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior se a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo 7º** Serão também considerados Conselheiros Independentes aqueles eleitos mediante a faculdade prevista no Artigo 141, Parágrafos 4º e 5º e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo 8º** O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado de 2 (dois) anos, salvo destituição, podendo os mesmos serem reeleitos. Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e investidura de seus sucessores.

**Parágrafo 9º** Compete ao Presidente do Conselho de Administração, além das atribuições próprias a seu cargo e demais atribuições previstas neste Estatuto Social:

- (i) coordenar as atividades do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; e
- (ii) convocar, em nome do Conselho de Administração, a Assembleia Geral e presidi-la.

**Parágrafo 10º** O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

**Artigo 15** Observado o disposto no artigo 13, §1º desse Estatuto Social, os membros do Conselho de Administração tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158, da Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 16** A remuneração global ou individual do Conselho de Administração será anualmente fixada pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Único** No caso da Assembleia Geral fixar a remuneração global, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição entre os órgãos da Administração da Companhia.

**Artigo 17** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente 4 (quatro) vezes por ano e extraordinariamente sempre que necessário, mediante convocação nos termos do Artigo 18 abaixo.

**Artigo 18** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou Vice-Presidente. A convocação será realizada por notificação escrita entregue por carta, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho de Administração.

**Parágrafo Único** Independentemente das formalidades previstas no *caput* deste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração por si ou representados na forma do Parágrafo 2º do Artigo 19 deste Estatuto.

**Artigo 19** As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

**Parágrafo 1º** As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e, em sua ausência, a presidência da reunião caberá ao membro do Conselho de Administração escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração presentes, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

**Parágrafo 2º** No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o membro do Conselho de Administração ausente poderá, com base na pauta

dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Presidente do Conselho de Administração.

**Parágrafo 3º** No caso de vacância do cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral a ser realizada após a referida vacância. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à nova eleição. Para os fins deste artigo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

**Parágrafo 4º** Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.

**Artigo 20** As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas. Tal participação será considerada como presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

**Parágrafo 1º** Da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes à reunião, inclusive participantes por meio de teleconferência ou videoconferência, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

**Parágrafo 2º** Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

**Parágrafo 3º** O Conselho de Administração poderá convidar, em suas reuniões, outros participantes, com a finalidade de prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

**Artigo 21** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante maioria de votos dos membros em exercício, computados os votos proferidos na forma do

Artigo 19, Parágrafo 2º deste Estatuto Social. Em caso de empate, a matéria deverá ser decidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que terá o voto de qualidade.

**Artigo 22** Compete ao Conselho de Administração:

- a) Eleger e destituir os diretores e fixar suas atribuições, incluindo o Diretor de Relações com Investidores;
- b) Aprovar o Regimento Interno da Companhia, se for o caso;
- c) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de qualquer sociedade controlada pela Companhia (“Controlada”);
- d) Aprovar um Plano de Negócios para a Companhia e suas controladas e quaisquer investimentos ou despesas de capital que não estejam incluídas em tal Plano, se for o caso;
- e) Declarar dividendos intermediários, intercalares e juros sobre o capital próprio, que poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, com base nos lucros e reservas apurados nas demonstrações financeiras anuais, semestrais, trimestrais ou em períodos menores, observados os limites legais;
- f) Atribuir, do montante global da remuneração fixada pela assembleia geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração e membros dos comitês da Companhia, se existentes, conforme disposto no presente estatuto social;
- g) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia e de suas Controladas, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- h) Convocar a Assembleia Geral, nos termos do artigo 9º acima, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos deste Estatuto Social;
- i) Manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas apresentadas pela Diretoria e Demonstrações Financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;
- j) Deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;

- k) Autorizar a aquisição pela Companhia de ações sua de emissão para manutenção em tesouraria e/ou posterior alienação;
- l) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, e de notas promissórias para distribuição pública nos termos da Instrução CVM 134;
- m) Deliberar, dentro do limite do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias da Companhia, até o limite do capital autorizado, previsto no art. 7º deste estatuto social;
- n) Nomear e destituir os Auditores Independentes da Companhia;
- o) Autorizar a captação de empréstimos ou financiamentos em valor agregado superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), considerado o período de 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio, pela Companhia ou qualquer Controlada;
- p) Autorizar a alienação ou oneração de bens do Ativo Permanente da Companhia ou qualquer Controlada, em valor agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;
- q) Autorizar a prestação de garantias reais ou pessoais de qualquer natureza pela Companhia ou qualquer Controlada em valor agregado superior a R\$. 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;
- r) Autorizar a realização de atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia ou qualquer Controlada em valor agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;
- s) Fixar as condições gerais e autorizar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer Controlada e Coligada, seus administradores, seus acionistas controladores e, ainda, entre a Companhia e Sociedade(s) Controladas e Coligadas dos administradores e dos acionistas controladores, assim como com quaisquer outras sociedades que com qualquer destas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, que atinjam, individual ou conjuntamente, no período de um ano, valor igual ou superior a 5% (cinco por cento) sobre o Patrimônio Líquido da Companhia;

- t) Pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresentar para sua deliberação ou a serem submetidos à Assembleia Geral;
- u) Deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia e de qualquer Controlada;
- v) Avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas Controladas que não estejam na esfera de competência privativa da Assembleia Geral;
- w) Definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação do laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de ofertas públicas para cancelamento de registro de Companhia Aberta ou saída do Novo Mercado;
- x) Aprovar a contratação da Instituição Depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- y) Dentro do limite do Capital Autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia;
- z) Dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições deste Estatuto Social; e
- aa) Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

**Parágrafo único** - Os valores mencionados nas letras “o”, “p”, “q” e “r” acima serão corrigidos anualmente a partir da data da aprovação do presente Estatuto pela Assembleia, pelo índice do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo.

**Artigo 23** O Conselho de Administração poderá deliberar sobre a criação de Comitês técnicos ou destinados a aconselhar os administradores.

**Parágrafo 1º** Uma vez criados nos termos do Artigo 160 da Lei das Sociedades por Ações, os Comitês desempenharão somente funções técnicas e/ou consultivas e não terão qualquer poder decisório sobre as atividades da Companhia. Os Comitês terão competência consultiva, conforme definido em regimento próprio.

**Parágrafo 2º** Os Comitês poderão contar com a presença de membros convidados, sem direito a voto, os quais poderão apresentar informações, sugestões ou esclarecimentos a respeito das matérias a serem discutidas nos respectivos Comitês.

**Parágrafo 3º** Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos Comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

## **Capítulo VI**

### **Diretoria**

**Artigo 24** A administração corrente da Companhia cabe à diretoria, tendo os diretores plenos poderes para gerir os seus negócios, de acordo com suas atribuições e sujeitos às disposições estabelecidas na lei, neste estatuto social e no regimento interno da Companhia, se houver.

**Artigo 25** A diretoria será composta por, no mínimo, 03 (três) membros e, no máximo, 8 (oito) membros efetivos, acionistas ou não, e residentes no Brasil. A diretoria será composta por 01 (um) diretor presidente, 01 (um) diretor vice-presidente, 01 (um) diretor financeiro, 01 (um) diretor comercial e 01 (um) diretor de relações com investidores, e os demais possuem a designação a eles atribuída pelo conselho de administração. Fica autorizada a cumulação de funções por um mesmo diretor.

**Parágrafo 1º** Compete privativamente ao diretor presidente (e, na ausência deste, ao diretor vice-presidente):

(i) Presidir as reuniões da diretoria; (ii) coordenar as atividades dos demais diretores; e (iii) zelar pela execução das deliberações da assembleia geral, do conselho de administração e da diretoria.

**Parágrafo 2º** Compete privativamente ao diretor vice-presidente, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas:

Substituir o diretor presidente nas suas ausências, licenças, impedimentos temporários, renúncia ou vaga.

**Parágrafo 3º** Compete privativamente ao diretor financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo conselho de administração quando de sua eleição:

(i) Planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia; (ii) gerir as finanças consolidadas da Companhia; (iii) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia e de suas controladas e coligadas, o orçamento da Companhia, acompanhar os resultados das sociedades controladas e coligadas, preparar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia; (iv) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimentos e operações, incluindo financiamentos, no interesse da Companhia e de suas controladas e coligadas; (v) elaborar e acompanhar os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia; e (vi) elaborar e acompanhar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes.

**Parágrafo 4º** Compete privativamente ao diretor comercial, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas:

(i) Gerir as atividades de marketing da Companhia; (ii) orientar e estruturar ofertas comerciais da Companhia; (iii) definir e supervisionar as políticas de comercialização e de serviços da Companhia; (iv) avaliar e propor planos de desenvolvimento para novos projetos pela Companhia; (v) avaliar e acompanhar políticas e estratégias de comercialização da Companhia; (vi) avaliar e discutir pesquisas e análises sobre a Companhia, seus ativos e a indústria; (vii) estreitar o relacionamento da Companhia com os varejistas de cada um de seus empreendimentos e novos lojistas; (viii) estudar os resultados obtidos bem como os possíveis cenários para melhora contínua de produtividade da Companhia; e (ix) avaliar e acompanhar pesquisas de produtividade e novos negócios.

**Parágrafo 5º** Compete privativamente ao diretor de relações com investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo conselho de administração quando de sua eleição:

Representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às bolsas de valores e mercados em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, conforme legislação aplicável.

**Parágrafo 6º** Os diretores sem designação específica terão as atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo conselho de administração quando da sua eleição, observado o disposto neste estatuto social.

**Artigo 26** O mandato dos diretores é de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Adicionalmente ao disposto no artigo 13, parágrafo 1º, os diretores são investidos nos seus cargos mediante a assinatura do termo lavrado em livro próprio ou através de sua presença e assinatura no livro registro da ata de reunião do conselho de administração que tenham sido

eleitos, assim como do termo de anuência dos administradores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado, sendo dispensada qualquer garantia de gestão.

**Parágrafo único.** Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma deliberar o conselho de administração.

**Artigo 27** No caso de ausência ou impedimento temporário do diretor presidente, suas funções devem ser exercidas pelo diretor vice-presidente. No caso de ausência ou impedimento temporário do diretor vice-presidente ou de qualquer outro diretor, suas funções devem ser exercidas pelo diretor presidente.

**Parágrafo único.** No caso de vacância de qualquer cargo de diretor, um novo membro deve ser eleito pela próxima reunião do conselho de administração, que deve ocorrer, no máximo, 90 (noventa) dias após tal vacância. Para os fins deste artigo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

**Artigo 28** Salvo conforme disposto no artigo 27, a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, deve ser exercida individualmente pelo diretor presidente ou pelo diretor vice-presidente (a) por 02 (dois) diretores em conjunto, (b) por um diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos, ou (c) por dois procuradores com tais poderes. As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas individualmente pelo diretor presidente ou pelo diretor vice-presidente, ou por 02 (dois) diretores em conjunto, ou por um diretor em conjunto com um procurador e devem conter poderes específicos e prazo de vigência não superior a 2 (dois) anos (ressalvada a outorga de poderes da cláusula *ad judicium et extra*, que a diretoria venha a autorizar em cada caso).

**Artigo 29** Sem prejuízo do disposto no artigo 28, a Companhia pode ser representada por 01 (um) diretor ou, ainda, por 01 (um) procurador com poderes específicos e especiais, inclusive para outorga de procuração, nos termos do artigo 28 acima, agindo isoladamente, nas seguintes hipóteses:

a. Em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, inclusive, mas não se limitando ao instituto nacional de seguridade social (INSS), fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal, Secretaria da Receita Federal do Brasil, incluindo Inspetorias, Delegacias e Agências da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estadual(is) e/ou Municipal(is), Juntas Comerciais Estaduais, Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Banco Central do Brasil, Secex, Decex, Banco do Brasil S/A, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Ibama e demais órgãos ambientais, Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e Infraero, Bolsas de Valores e de Mercadorias, (BM&FBOVESPA), Sudene/Adene, Sudam/Adam, Bancos Estatais e de Desenvolvimento, instituições financeiras de crédito e de investimentos;

- b. Na cobrança e recebimento de créditos a favor da Companhia;
- c. Na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; e
- d. Na representação da Companhia nas assembleias gerais de suas controladas.

**Artigo 30** Cabe à diretoria deliberar sobre todas as matérias que não forem de competência privativa da assembleia geral ou de competência do conselho de administração. A diretoria deverá reunir-se, no mínimo, 1 (uma) vez a cada três meses ou sempre que convocada por qualquer dos diretores. As atas das reuniões devem ser lavradas no livro de atas de reuniões da diretoria. A presença da maioria dos diretores constitui quorum para a instalação das reuniões. Cada diretor tem direito a 01 (um) voto nas reuniões. As deliberações da diretoria serão válidas se contarem com o voto favorável da maioria dos diretores presentes. Caso haja empate, caberá ao diretor presidente, ou, na ausência deste, ao diretor vice-presidente, o voto de qualidade.

**Parágrafo 1º** As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria, deverão igualmente constar no livro de atas de Reuniões da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.

**Parágrafo 2º** Compete a diretoria celebrar e realizar negócios, contratos, contrair obrigações e os atos previstos nas letras “o”, “p”, “q” e “r” do artigo 22 deste estatuto social, desde que até o limite de valores ali estabelecidos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 22 acima.

**Artigo 31** São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia, os atos praticados por conselheiros, diretores, procuradores ou funcionários, em negócios estranhos ao objeto social, neles incluídos a prestação de fiança, aval, endosso ou quaisquer garantias não relacionadas ao objeto social, ou contrários ao disposto neste estatuto social.

## CAPÍTULO VII

### CONSELHO FISCAL

**Artigo 32** A Companhia terá um Conselho Fiscal que funcionará em caráter não permanente, e terá 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei, facultando à assembleia aprovar o regimento interno do órgão. O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação.

**Parágrafo 1º** A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à (i) prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis; e (ii) assinatura do respectivo termo de posse no Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal, permanecendo sujeitos aos deveres e responsabilidades de que tratam os artigos 153 a 156 da Lei das Sociedades por Ações. Na primeira reunião do conselho fiscal será eleito o presidente e o secretário do órgão.

**Parágrafo 2º** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitados os limites legais.

**Parágrafo 3º** No caso de ausência temporária ou renúncia de qualquer membro do Conselho Fiscal, este será substituído pelo respectivo suplente.

**Parágrafo 4º** Ocorrendo vaga de titular e seu suplente, no Conselho Fiscal, este órgão deverá convocar uma Assembleia Geral, com base na prerrogativa do Artigo 163, V da Lei das Sociedades por Ações, com o objetivo de eleger um substituto e respectivo suplente para exercer o cargo até o término do mandato do Conselho Fiscal.

**Parágrafo 5º** As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho Fiscal que participarem remotamente da reunião deverão expressar e formalizar seus votos, ou pareceres por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

**Parágrafo 6º** Da reunião deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros Fiscais presentes à reunião, inclusive participantes por meio de teleconferência ou videoconferência, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal da Companhia. Os votos ou pareceres manifestados pelos Conselheiros que participarem remotamente da reunião ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 5º *in fine* deste Artigo 31, deverão igualmente ser anexados ao Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto ou parecer do Conselheiro Fiscal, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.

## CAPÍTULO VIII

### EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS E DIVIDENDOS E RESERVAS

**Artigo 33** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.

**Artigo 34** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social

sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescidos dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para constituição da reserva legal;
- b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- c) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório;
- d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e,
- f) será alocada à reserva de lucros, na sub-conta de reserva de incentivos fiscais, as subvenções de investimentos, no montante que assim determinarem as leis, decretos, convênios, contratos, portarias, resoluções e laudos que regulam a concessão de benefícios à Companhia.
- g) Os lucros não destinados as reservas e contingências acima descritas deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do § 6º, do Artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Único** A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, nos termos do § 1º, do Artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 35** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor período, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

**Artigo 36** Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

**Artigo 37** A Companhia poderá conceder doações e subvenções a entidades beneficentes da comunidade de que participe ou a seus empregados, desde que previamente autorizada pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, justificadamente, nos termos do artigo 154, §4º da Lei das Sociedades por Ações.

## CAPÍTULO IX

### RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

**Artigo 38** Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei, do Regulamento do Novo Mercado e do presente Estatuto Social.

**Artigo 39** A Companhia, nos casos em que não tomar o pólo ativo das ações, assegurará aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria, por meio de terceiros contratados, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra seus administradores, durante ou após os respectivos mandatos, até o final do prazo prescricional de responsabilidade desses administradores, por atos relacionados com o exercício de suas funções próprias.

**Parágrafo 1º** A garantia prevista no *caput* deste Artigo estende-se aos empregados da Companhia e a seus mandatários legalmente constituídos, que atuarem em nome da Companhia.

**Parágrafo 2º** Se o membro do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal, ou o empregado for condenado, com decisão transitada em julgado, baseada em violação de lei ou do estatuto ou em decorrência de sua culpa ou dolo, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas e prejuízos a ela causados.

**Parágrafo 3º** A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, contratar em favor dos membros do seu Conselho de Administração e de sua Diretoria, seguro para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de seus cargos.

## CAPÍTULO X

### ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NOVO MERCADO

**Artigo 40** A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

**Parágrafo 1º** Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo indicados em letras maiúsculas terão o seguinte significado:

**“Acionista Controlador”** - significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia.

**“Acionista Controlador Alienante”** - significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.

**“Ações de Controle”** – significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

**“Ações em Circulação”** – significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

**“Administradores”** – significa, quando no singular, os diretores e membros do conselho de administração da Companhia referidos individualmente ou, quando no plural, os diretores e membros do conselho de administração da Companhia referidos conjuntamente.

**“Adquirente”** - significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia.

**“Alienação de Controle da Companhia”** – significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

**“Grupo de Acionistas”** - significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre os quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum.

**“Poder de Controle”** - significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de

ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

**“Valor Econômico”** - significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

**Parágrafo 2º** O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, enquanto o Adquirente ou aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo 3º** A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo 4º** Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 41** A oferta pública de aquisição disposta no Artigo 40 será exigida ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação de Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à CVM e à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

**Artigo 42** Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (i) efetivar uma oferta pública nos termos do presente Estatuto; e
- (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 06 (seis) meses anteriores à data de aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída, entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário

de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos;

**Artigo 43** Na oferta pública de aquisição de ações, a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos dos §§ 1º e 2º deste Artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Parágrafo 1º** O laudo de avaliação referido no *caput* deste Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do §1º do Artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no § 6º desse mesmo Artigo.

**Parágrafo 2º** A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da assembleia geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

**Artigo 44** Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos §§ 1º e 2º do Artigo 43 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis

**Parágrafo Único** A notícia da realização da oferta pública mencionada no Artigo 44 acima, deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que houver aprovado a saída ou aprovado referida reorganização.

**Artigo 45** Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter

registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 44 acima.

**Parágrafo 1º** A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

**Parágrafo 2º** Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

**Artigo 46** A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que tratam os §§ 1º e 2º do Artigo 43 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Parágrafo 1º** O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* desse artigo.

**Parágrafo 2º** Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

**Parágrafo 3º** Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

**Parágrafo 4º** Caso a Assembleia Geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

**Artigo 47** É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo X, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

## CAPÍTULO XI

### LIQUIDAÇÃO

**Artigo 48** A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

## CAPÍTULO XII

### JUÍZO ARBITRAL

**Artigo 49** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

## CAPÍTULO XIII

### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 50** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e o Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 52** As disposições contidas (A) nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º, (B) no Artigo 12 (vi) e no Artigo 12 (vii), (C) no Parágrafo 1º do Artigo 13, (D) nos Parágrafos 4º e 5º do Artigo 14, (E) nos itens (x) e (y) do Artigo 22, (F) no Parágrafo 1º, item (i) do Artigo 32; (G) no Capítulo X; e (H) no Capítulo XII deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data de publicação do anúncio de início de distribuição, referente à primeira oferta pública de ações de emissão da Companhia.

Bento Gonçalves, 28 de abril de 2014.

\*\*\*